|  |
| --- |
| **MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO****TOMADA DE PREÇOS N° 001/2019****PROCESSO N° 536300/2018** |
| **Objeto:** | ***“contratação de empresa especializada em serviço de obra de engenharia para execução de reforma, com fornecimento de material, mão-de-obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita realização dos serviços no Complexo Regulador de Cáceres-MT.”*** |
| **Tipo** | **MENOR PREÇO POR EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** |
| **Período de Cadastramento para as Empresas não cadastradas.** | **No mínimo, 03 (três) dias úteis** antes da data designada para Sessão Pública, junto às competentes Unidades Cadastradoras ou perante a Comissão Permanente de Licitação. (horário de atendimento de 14h às 18h). |
| **Sessão Pública:** | **23 de abril de 2019, às 09h10min**(horário local). |
| **Local da Sessão Pública:** | A **TOMADA DE PREÇOS** será realizada em sessão pública, na Sala de Reunião da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, situado na Rua Júlio Domingos de Campos, s/n. (Antiga Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05), Centro Político Administrativo, 78049-902, Cuiabá-MT. |
| **Local para protocolo de documentos** | **Superintendência de Aquisições e Contratos** da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, Rua Júlio Domingos de Campos, s/n. (Antiga Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05), Centro Político Administrativo, 78049-902, Cuiabá-MT. |
| Site para retirada do Edital: | O Edital completo poderá ser retirado no site <http://www.saude.mt.gov.br/licitacao>. |
| Presidente da Comissão Permanente de Licitação | Nome: José Luiz da Silva Rodrigues MaltaTelefone: (65) 3613-5410E-mail: cpl@ses.mt.gov.br  |

**SUMÁRIO**

[EDITAL 4](#_Toc535314742)

[1 PREÂMBULO 4](#_Toc535314743)

[2 DISPOSIÇÕES INICIAIS 4](#_Toc535314744)

[3 DO OBJETO 4](#_Toc535314745)

[4 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO 5](#_Toc535314746)

[5 DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO 6](#_Toc535314747)

[6 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE 7](#_Toc535314748)

[7 DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES 9](#_Toc535314749)

[8 DA IMPUGNAÇÃO 9](#_Toc535314750)

[9 DA VISITA TÉCNICA. 10](#_Toc535314751)

[10 DA HABILITAÇÃO 11](#_Toc535314752)

[11 DA PROPOSTA DE PREÇO 19](#_Toc535314753)

[12 DA SUBCONTRATAÇÃO 22](#_Toc535314754)

[13 DO PROCEDIMENTO 23](#_Toc535314755)

[14 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO 24](#_Toc535314756)

[15 DOS RECURSOS 25](#_Toc535314757)

[16 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 26](#_Toc535314758)

[17 DA CONTRATAÇÃO E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 26](#_Toc535314759)

[18 DA GARANTIA CONTRATUAL 27](#_Toc535314760)

[19 DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS 29](#_Toc535314761)

[20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 29](#_Toc535314762)

[21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 31](#_Toc535314763)

[ANEXO I - SÍNTESE DO PROJETO BÁSICO/PT N° 011/2018/GBSAAQ/SUPO/SES 33](#_Toc535314764)

[1 IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE 33](#_Toc535314765)

[2 OBJETOS 33](#_Toc535314766)

[3 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO 33](#_Toc535314767)

[4 DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA: 34](#_Toc535314768)

[5 DO SUPORTE LEGAL 34](#_Toc535314769)

[6 DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. 34](#_Toc535314770)

[7 DA SUBCONTRATAÇÃO 36](#_Toc535314771)

[8 DA VIGÊNCIA, DO PRAZO E DO LOCAL de EXECUÇÃO. 36](#_Toc535314772)

[9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 36](#_Toc535314773)

[10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 36](#_Toc535314774)

[11 DO RECEBIMENTO 36](#_Toc535314775)

[12 DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO: 37](#_Toc535314776)

[13 DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO 39](#_Toc535314777)

[14 DA VISITA TÉCNICA 39](#_Toc535314778)

[15 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES 40](#_Toc535314779)

[16 DO PAGAMENTO E DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL 40](#_Toc535314780)

[17 DAS MEDIÇÕES 41](#_Toc535314781)

[18 DA GARANTIA CONTRATUAL 42](#_Toc535314782)

[19 DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS 42](#_Toc535314783)

[20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 42](#_Toc535314784)

[21 DOS ANEXOS 42](#_Toc535314785)

[22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 43](#_Toc535314786)

[MODELO DOCUMENTOS DO PROJETO BÁSICO/PLANO DE TRABALHO 44](#_Toc535314787)

[MODELO 01 - PLANILHA RESUMO 44](#_Toc535314788)

[MODELO 02 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA 45](#_Toc535314789)

[MODELO 03 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO 55](#_Toc535314790)

[MODELO 04 - COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESA INDIRETAS) 56](#_Toc535314791)

[MODELO 05 - ENCARGOS SOCIAIS 57](#_Toc535314792)

[MODELO 06 - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇOS 58](#_Toc535314793)

[ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS 59](#_Toc535314794)

[ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO 61](#_Toc535314795)

[ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA 62](#_Toc535314796)

[ANEXO V - MODELO DA DECLARAÇÃO 63](#_Toc535314797)

[ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA 65](#_Toc535314798)

[ANEXO VIi – DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA 66](#_Toc535314799)

[ANEXO ViII - MINUTA DE CONTRATO 67](#_Toc535314800)

[1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 67](#_Toc535314801)

[2 CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO 67](#_Toc535314802)

[3 CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO 67](#_Toc535314803)

[4 CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DO LOCAL DE EXECUÇÃO. 68](#_Toc535314804)

[5 CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DO CONTRATO 68](#_Toc535314805)

[6 CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS e DA SUBCONTRATAÇÃO. 70](#_Toc535314806)

[7 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 73](#_Toc535314807)

[8 CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 76](#_Toc535314808)

[9 CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO 77](#_Toc535314809)

[10 CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO 78](#_Toc535314810)

[11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIÇÕES 80](#_Toc535314811)

[12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 81](#_Toc535314812)

[13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO 82](#_Toc535314813)

[14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO E DO REAJUSTE 83](#_Toc535314814)

[15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 84](#_Toc535314815)

[16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO 85](#_Toc535314816)

[17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO 85](#_Toc535314817)

[18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO 86](#_Toc535314818)

[19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE 86](#_Toc535314819)

[20 CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO 86](#_Toc535314820)

[ANEXO-A – PROPOSTA VENCEDORA 87](#_Toc535314821)

[ANEXO-B – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO 88](#_Toc535314822)

[ANEXO-C – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI 89](#_Toc535314823)

[ANEXO-D – ENCARGOS SOCIAIS 90](#_Toc535314824)

[ANEXO-E – COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇOS 91](#_Toc535314825)

[ANEXO-F – MODELO DIÁRIO DE REGISTRO 92](#_Toc535314826)

[ANEXO-G – TERMO DE GARANTIA 93](#_Toc535314827)

 EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

1. PREÂMBULO
	1. A **Secretaria de Estado de Saúde – SES/MT**, sediada no Centro Político Administrativo do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá/MT, na Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05, CEP: 78050-970, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO**, conforme artigos 22, inciso II e §2º, e 45, §1º, Inciso I, da Lei 8.666 de 21 de junho/1993, cujo regime de execução será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”**, conforme disposto no art. 6º, inciso VIII, alínea “b”, cumulado com o art. 10, inciso II, alínea “b” ambos da mesma Lei, com a finalidade de selecionar proposta mais vantajosa para a execução do objeto, conforme Projeto Básico e anexos deste Edital, na forma da legislação pertinente, em especial da Lei n.º 8.666/1993, Decretos Estaduais: n° 840/2017, e nº 8.199/2006, Lei Complementar nº 10.442/2016, n° 123/2006, nº 605/2018, Lei nº 5.764, de 1971 e da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e demais normas Federais, Estaduais pertinentes ao caso, obedecendo ainda as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
2. DISPOSIÇÕES INICIAIS
	1. Os envelopes contendo os documentos de HABILITAÇÃO e as PROPOSTAS, conforme disciplinado neste edital, serão recebidos pelo Presidente da Comissão de Licitação até as 09h10min do dia 23/04/2019, com tolerância máxima de 10 (dez) minutos, na Sala de Reunião do Conselho Estadual de Saúde, Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, Rua Júlio Domingos de Campos, s/n. (Antiga Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05), Centro Político Administrativo, 78049-902, Cuiabá-MT.
	2. Após o recebimento dos envelopes, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO realizará o Credenciamento dos representantes presentes no ato da sessão pública.
	3. Finalizado o credenciamento dos presentes, serão abertos os envelopes contendo os documentos de HABILITAÇÃO, que poderão ser verificados mediante consultas “on line”, após a habilitação da empresa será aberta a PROPOSTAS COMERCIAIS, nesta ordem, observadas as demais disposições deste edital.
	4. Para todos os atos pertinentes a presente licitação será considerado o horário vigente na Capital do Estado de Mato Grosso.
	5. O aviso sobre este EDITAL será publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – DOE/MT, no Diário Oficial da União e as demais publicações posteriores, relativas ao presente certame, serão feitas somente no DOE/MT.
3. DO OBJETO
	1. A presente licitação tem por objeto a “***contratação de empresa especializada em serviço de obra de engenharia para execução de reforma, com fornecimento de material, mão-de-obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita realização dos serviços no Complexo Regulador de Cáceres-MT***”, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos.
	2. A licitação compõe-se de item/lote único, conforme tabela constante do Projeto Básico/Plano de Trabalho n° 011/2018 – Modelo 02, sagrando-se vencedor a licitante que ofertar o menor preço.

**Obs**.: Se não estiverem disponíveis juntamente com o edital no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Saúde, os projetos, as planilhas, o cronograma, memorial descritivo e/ou outros documentos, estes, estarão disponíveis para visualização e/ou cópia na ***Coordenadoria de Aquisições*** ***da Superintendência de Aquisições e Contratos*** – ***SUAC****,* junto à comissão de licitação, no endereço supracitado. Para disponibilizar cópia via mídia os interessados deverão trazer o CD/DVD ou Pen Drive.

1. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
	1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, o que será verificado no momento da HABILITAÇÃO através do contrato ou estatuto social da licitante, e que, até o terceiro dia útil anterior à data da sessão: **a)** estejam inscritos no **SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, nos termos da Instrução Normativa MARE nº 005/1995; ou **b)** estejam inscritos no **CGF/MT – Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso**, nos termos do Decreto Estadual nº 7.218/2006; ou **c)** se cadastrem perante a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, apresentando para tanto todos os documentos exigidos para habilitação neste edital.
	2. Os Licitantes que não se encontraram cadastrados no **SICAF** ou no **CGF/MT**, ou que se encontrem com os seus registros vencidos ou não válidos, e que quiserem participar deste certame utilizando-se um daqueles cadastros para fins de habilitação, deverão providenciar o cadastro ou a sua atualização/revalidação, **no mínimo, em 03 (três) dias úteis** antes da data designada para o recebimento da proposta, junto às competentes Unidades Cadastradoras.
	3. As empresas que solicitarem o Cadastro perante a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO obterão desta um Extrato de Cadastramento, indicando os dados de identificação da empresa, os documentos apresentados, a data de validade de cada um e a data de cadastramento.
	4. A apresentação dos documentos da Habilitação para fins de cadastro não isenta a entrega do envelope pertinente aos Documentos de Habilitação na ocasião oportuna, fixada neste edital, podendo, no entanto, ser apresentado o certificado ou extrato do cadastro em substituição aos documentos de habilitação em validade e nele indicados, exceto quanto ao ato constitutivo da empresa e documentos de representação.
	5. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução da obra, e desde que executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
	6. **Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação** as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:
		1. Interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o *órgão* responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993.
		2. Cujo dirigente participe na condição de acionista com poder de mando, cotista ou sócio de outro licitante, também participante da presente licitação;
		3. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou punidas com suspensão, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrado no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9312/2010;
		4. Interessados que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
		5. Os licitantes que estejam reunidos em consorcio qualquer que seja a sua constituição, tendo em vista que a presente licitação possui objeto simples e executável por completo pelas empresas atuantes no mercado;
		6. Sociedades empresariais cujo objeto social não seja pertinente nem compatível com o objeto deste procedimento licitatório;
		7. Empresa que possua em seus quadros sócios, diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outra empresa que esteja participando desta licitação;
		8. Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
		9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
		10. Empresas cujo(s) sócio(s), dirigente(s), gerente(s) ou responsável(is) técnico(s) seja(m) servidor(es) efetivos, comissionados ou empregados no âmbito do Governo do Estado de Mato Grosso.
2. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO
	1. No dia e horário constante no item 2.1 deste edital será iniciado o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo as documentações de habilitação. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:
		1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social/consolidado ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;
		2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;
		3. Poderá ser usado alternativamente o Termo de Credenciamento conforme modelo no Anexo III ao Edital
	2. Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados separadamente dos documentos de habilitação, ou seja, caso algum documento de credenciamento também seja exigido para fins de habilitação, deverão ser apresentadas duas vias do mesmo documento, sendo certo que uma via deverá ser apresentada no credenciamento e a outra via deverá constar dentro do Envelope de Habilitação.
	3. O representante legal/credenciado da empresa licitante terá competência para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, respondendo, em todos os atos e para todos os efeitos, pelo representado.
		1. Poderá estar presente mais de um representante autorizado de cada licitante, porém apenas um único (credenciado) participará e manifestará durante a realização dos trabalhos.
		2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante, e será o único admitido a intervir no procedimento licitatório.
		3. O previsto acima, não exclui a possibilidade de tantos quantos outros integrantes ou representantes do Licitante se fizerem presentes nas Sessões Públicas, para assistir o ato público, contudo apenas ao representante credenciado do Licitante será oportunizado se manifestar e participar dos trabalhos junto a Comissão.
	4. O não credenciamento ou incorreção de documentos, não constituirá motivo para a inabilitação do Licitante ou desclassificação de proposta, contudo, restará vedado a este Licitante declarar a intenção de interpor ou de renunciar recurso administrativo, consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos da licitação.
	5. A responsabilidade é da empresa licitante pela autenticidade da documentação solicitada neste Edital, artigos 297 a 301 do Código Penal.
	6. É facultado ao Presidente ou autoridade superior de promover diligências, conforme disposto no art. 43, § 3º, Lei nº. 8.666/93.
	7. As **Microempresa e Empresa de Pequeno Porte** deverão observar as normas descritas no item **6** do presente edital.
3. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
	1. As empresas que quiserem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido, estabelecidos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na Lei Complementar nº 10.442/2016, na condição de Microempresa – ME **ou** Empresa de Pequeno Porte – EPP, **deverão apresentar no momento do credenciamento**,sem prejuízo dos outros documentos exigidos para a habilitação e proposta, o seguinte:
		1. Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL a Licitante deverá apresentar:
4. Comprovação de opção pelo SIMPLES nacional, obtido na página de internet (site) da Secretaria da Receita Federal;
5. Declaração de que se enquadra na condição de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte e que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar n°. 123/2006. (conforme anexo V deste edital).
	* 1. Quando não optante pelo SIMPLES NACIONAL a Licitante deverá apresentar:
6. Apresentação de cópia da declaração anual de rendimentos/imposto de renda **ou** Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;
7. Declaração de que se enquadra na condição de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte e que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da LC 123/2006. (conforme V deste edital).
	* 1. A apresentação declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.
	1. Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006, a Comissão de Licitação poderá realizar consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3°, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3°, §2°, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.
	2. Nos termos do artigo 43 da LC 123/2006, as ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
	3. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.
	4. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.
8. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES
	1. Até o dia e horário designados para a sessão pública os documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues em envelopes separados, em papel opaco, fechados, lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, as seguintes informações:

|  |
| --- |
| SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDECOMISSÃO DE LICITAÇÕES TOMADA DE PREÇOS Nº \*\*\*/2019**ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**RAZÃO SOCIAL (DO LICITANTE)C.N.P.J.: (DO LICITANTE)DATA/HORA: 23/04/2018 ÀS 09h10min. |

|  |
| --- |
| SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDECOMISSÃO DE LICITAÇÕES TOMADA DE PREÇOS Nº \*\*\*/2019**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**RAZÃO SOCIAL (DO LICITANTE)C.N.P.J.: (DO LICITANTE)DATA/HORA: 23/04/2018 ÀS 09h10min. |

* 1. A abertura dos envelopes de Habilitação e a Proposta de Preços será feita em ato público pela Comissão de Licitação, na data e horário designados para a sessão pública e em conformidade com este Edital e seus Anexos**,** não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes;
	2. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 - Documentos de Habilitação e após a habilitação da empresa será aberta o Envelope 2 - Proposta de Preços;
	3. As licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis;
	4. A apresentação dos envelopes com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
	5. Os documentos apresentados pelas licitantes nos documentos de habilitação e nas propostas de preços, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado;
	6. Os documentos exigidos deverão estar com prazo vigente e poderão ser apresentados em **cópias acompanhados dos originais**, cópias autenticadas em cartório ou decorrentes de publicações em órgão da Imprensa Oficial, perfeitamente legíveis, **sob pena de INABILITAÇÃO**.
1. DA IMPUGNAÇÃO
	1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer **até o segundo dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, conforme previsto no parágrafo 2º, do artigo 41, da Lei nº. 8.666/93.
	2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
	3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, bem com suas retificações, por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido formal e expressamente, com todos os dados de identificação e qualificação necessários, no setor de protocolo da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, de 2ª a 6ª feira, das 14h00min às 18h00min (horário local), dirigidos a Coordenadoria de Aquisições, da Superintendência de Aquisições e Contratos – SUAC, situada na Rua Júlio Domingos de Campos, s/n., Centro Político Administrativo, CEP. 78.049-902, Cuiabá/MT; **ou** digitalizada e encaminhada na forma eletrônica, pelo e-mail cpl@ses.mt.gov.br, em quaisquer das opções deverá ser direcionada a Comissão de Licitações, **até o quinto dia útil** que anteceder a data fixada para a abertura dos invólucros de Habilitação, conforme previsto no § 1º do artigo 41 da Lei n° 8666/93.
	4. Se procedente e acolhida à petição, os vícios do Edital serão sanados e nova data será designada para a realização do certame;
	5. Na hipótese da impugnação ser rejeitada, ficarão mantidas as condições originalmente previstas neste edital.
2. DA VISITA TÉCNICA.
	1. Por intermédio de seu Responsável, a(s) empresa(s) interessada(s) **poderá(ão)** juntamente com o servidor designado para esse fim, realizar Visita Técnica no local que serão executados os serviços licitados, visando constatar as condições e peculiaridades inerentes à sua execução, inclusive com a emissão de DECLARAÇÃO, emitido pela unidade demandante, que deverá fazer parte da Documentação de HABILITAÇÃO, (anexo VI).
	2. A(s) empresa(s) interessada(s) deverá(ão) agendar, de segunda à sexta-feira, das 14:00 horas às 18:00 horas, pelo telefone (65) 3613-5416, em até **03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para realização do certame licitatório**, diretamente com a Superintendência de Obras, Reformas e Manutenção/SES.
		1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 03 (três) dias úteisanteriores à data prevista para abertura dos envelopes.
		2. Para a vistoria a licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.
		3. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, antes da data fixada para a sessão pública.
		4. A empresa poderá solicitar informações do projeto, com a equipe técnica mediante prévio agendamento.
		5. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
		6. A Declaração de Vistoria será expedida pelo servidor responsável do setor de obra da SES em até no máximo 48 (quarenta e oito) horas após a realização da visita da proponente que a mesma deverá entregar juntamente com a Documentação de Habilitação.
	3. A(s) empresa(s) interessada(s) poderá(ão) **optar por não realizar(em) a Visita Técnica**, caso em que deverá(ão) emitir uma DECLARAÇÃO que fará parte da Documentação de HABILITAÇÃO, de que conhece todos os trabalhos a serem realizados, as condições estruturais existentes, os documentos e exigências inerente a execução do objeto, assumindo todos os riscos inerentes do não conhecimento das reais condições da obra/serviços, e, no caso de ser declarada vencedora que tem totais condições de realizar/executar os serviços ora pretendidos, sem prejuízo algum na sua efetiva execução, (anexo VII).
	4. A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.
	5. A empresa não poderá alegar, a posteriori, desconhecimento de qualquer fato relativo às condições do local de execução dos serviços, podendo incorrer em sanções administrativas previstas no Edital em consonância com a Lei 8.666/93.
3. DA HABILITAÇÃO
	1. Na fase de habilitação a Comissão Permanente de Licitação examinará a adequação, segundo as exigências a seguir descritas, da documentação contida no Envelope nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
	2. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO a serem apresentados estão relacionados nos subitens abaixo, e deverão ser entregues no Envelope nº 01 – DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO, de forma organizada, em sequência e numerados do primeiro ao último.
		1. **Documentos de Habilitação jurídica**:
4. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
5. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
6. No caso de sociedade comercial: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e devidamente registrado, e, no caso de sociedade por ações, acompanhada da documentação de eleição dos seus administradores;
7. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
8. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
9. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.
10. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o *aprovou*, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971*.*
11. Documento de identidade válido do representante da licitante, sendo que, em caso de representação por procuração:
12. Por instrumento público, deverá ser apresentada, além da respectiva procuração, o documento de identidade do outorgado;
13. Por instrumento particular, deverá ser apresentada a procuração com reconhecimento de firma do outorgante e os documentos de identidade válidos do outorgante e do outorgado.
	* + 1. Os documentos supracitados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
			2. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:
14. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
15. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
16. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
17. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
18. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
19. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e,
20. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
	* 1. **Documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista**:
21. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ (disponível no site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
22. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária (disponível no site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
23. Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual não inscrito em dívida ativa (CND) específica para participar de licitações, emitida pelo respectivo órgão fazendário estadual ou distrital (para as empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, poderá ser retirada no site: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br));
24. Certidão Negativa de Débitos Inscritos em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado;
25. Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;
26. Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal (disponível no site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br));
27. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho (disponível no site www.tst.jus.br).
	* + 1. Todas as certidões de regularidade fiscal acima exigidas devem se referir ao domicílio tributário da licitante;
			2. As certidões descritas nos incisos III e IV acima podem ser apresentadas de forma consolidada, se assim for permitido pela legislação do domicílio tributário do licitante, caso em que a Comissão Permanente de Licitação poderá exigir do licitante a comprovação da respectiva norma e vigência;
			3. As certidões positivas com efeito de negativas produzirão os mesmos efeitos das certidões negativas, nos termos do Código Tributário Nacional.
			4. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
			5. Caso a licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece o item 6.3, sob pena de inabilitação.
			6. Não será aceita certidão com prazo de validade vencido ou, ainda, comprovante de solicitação de documento, salvo o caso previsto neste edital.
		1. **Qualificação Econômico – Financeira**:
28. Certidão negativa de falência, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **60 (sessenta)** dias contados da data da sua apresentação;
29. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do **ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI**, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.
30. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
31. Comprovação da boa situação financeira da empresa, por uma das seguintes opções:
32. Obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1,0 (um), a partir da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço patrimonial apresentado na forma do inciso anterior:

|  |  |
| --- | --- |
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo |
|  |  |
| SG = | Ativo Total |
| Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo |
|  |  |
| LC = | Ativo Circulante |
| Passivo Circulante |

1. Patrimônio líquido, indicado no balanço patrimonial apresentado na forma do inciso anterior, de no mínimo 10% do valor estimado ou do valor total de sua proposta de preço, o que for menor, conforme o artigo 31, §§ 2° e 3°, da Lei nº 8.666/93;
	* + 1. Junto com o balanço patrimonial exigido no inciso II poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa.
			2. O balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social **e** por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
			3. Serão considerados como ***na forma da lei*** o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
2. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
3. Publicados em Diário Oficial; ou
4. Publicados em jornal de grande circulação; ou
5. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
6. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA.): acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
7. Microempreendedor Individual e Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte: acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
8. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas;
9. O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado;
10. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:
11. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
12. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
13. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.
	* + 1. Quando a licitante se enquadrar na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual; seráfacultado para fins de habilitação, atestar a qualificação econômico-financeira através da comprovação de capital social mínimo ou de patrimônio líquido de acordo com o art. 4º da Lei Complementar nº 605, de 29 de agosto de 2018, **ou**;
			2. A(s) microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual poderá comprovar a qualificação econômico-financeira de acordo com o art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 10.442, de 03 de outubro de 2016:
14. Apresentação de certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física;
15. Apresentação de cópia da declaração anual de rendimentos/imposto de renda;
	* 1. **Relativos à Qualificação Técnica,** todos os licitantes, credenciados ou não no SICAF ou CGF/MT, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem no envelope nº 1:
16. Registro/Certidão de inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região da sede da empresa.
17. Comprovação de a Licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação e constante da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA/CAU, **engenheiro(s)** e/ou **arquiteto** detentor(es) Certidão de Acervo Técnico – CAT com registro de atestado(s) por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, a seguir relacionados:

|  |  |
| --- | --- |
| **ITEM** | **SERVIÇO REQUERIDO** |
| 01 | EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO DE UMA EDIFICAÇÃO DE NO MÍNIMO 80 m² |
| 02 | EXECUÇÃO DE COBERTURA EM ESTRUTURA DE MADEIRA E TELHA CERÂMICA DE NO MÍNIMO 80 m² |
| 03 | EXECUÇÃO DE PINTURA EM PAREDES DE NO MÍNIMO 220 m²  |

***Obs.:*** *Para fins de comprovação dos itens de Capacitação Técnica Profissional 01 a 03, a licitante deverá comprovar experiência na execução de no mínimo* ***02 (dois)*** *dos 03 (três) elementos listados acima.*

**II.1)** O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(es) do CREA/CAU.

**II.2)** Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido, e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

**II.3)** A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) relacionado no inciso “II", acima, será feita mediante:

1. **Sócio**: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente, e certidão do CREA e CAU devidamente atualizado;
2. **Diretor**: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima, e certidão do CREA e CAU devidamente atualizado;
3. **Empregado da empresa**: cópia da carteira de trabalho, ou ficha de registro de empregados (FRE), ou guia de recolhimento do FGTS, onde conste o(s) nome(s) do (s) profissional(s) e demonstrem a identificação do mesmo;
4. **Profissional contratado**: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e o licitante de acordo com a legislação civil comum.
5. O profissional deverá constar como responsável técnico do licitante junto ao CREA-MT ou CAU/BR, obrigatoriamente.

**II.4)** O registro de atestado será efetivado por meio de sua vinculação à CAT, do respectivo contrato;

**II.5)** No caso de obra própria, o atestado deve estar acompanhado de documento público que comprove a conclusão da obra ou serviço, conforme Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

**II.6)** A(s) certidão(ões) e/ou o(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

1. Nome do contratado e do contratante;
2. Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
3. Localização do serviço (município, comunidade, gleba);
4. Serviços executados (discriminação e quantidades).
	* + 1. Nenhum engenheiro e/ou arquiteto, ainda que credenciado na licitação, poderá representar mais de uma licitante. Fica vedada, sob pena de inabilitação dos Licitantes, a indicação de idêntico Responsável Técnico por mais de uma pessoa jurídica Licitante.
			2. Os documentos de habilitação referente à qualificação técnica serão avaliados pela equipe técnica da Superintendência de Obras, Reformas e Manutenção, a qual emitirá parecer técnico.
		1. **Documentação Complementar** - os licitantes deverão anexar no Envelope de Habilitação às **declarações abaixo indicadas,** devidamente assinadas pelo representante legal da empresa:
5. Declaração de inexistência de fato superveniente que possa impedir sua habilitação neste certame, inclusive na vigência contratual caso venha a ser contratado pelo ÓRGÃO, na forma do artigo 32, § 2° da lei 8.666/93; (modelo – anexo V).
6. Declaração de não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprego de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, do artigo 27 da lei 8.666/93; (modelo – anexo V)
7. Declaração de não possuir em seu quadro de pessoal, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; (modelo – anexo V)
8. Declara que não se encontra apenada com suspensão ou impedimento de contratar com a Administração, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93, nem declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do mesmo dispositivo legal, bem como que irá comunicar qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira; (modelo – anexo V).
9. Declara que não se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
10. Declaração de que possui materiais, equipamentos e profissionais necessários para imediata realização dos serviços/obra, inclusive, profissional(ais) de nível superior registrado(s) no CREA/CAU, detentor(es) de atestado(s) ou certidão(ões) de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação.
11. Declaração de Vistoria (anexo VI) ou declaração de abstenção de vistoria (Anexo VII).
12. Declara que foram examinados cuidadosamente o Edital e seus anexos, e nos inteiramos de todos os seus detalhes e com eles concordamos, bem como todas as dúvidas e/ou questionamentos formulados foram devidamente esclarecidos. Estamos cientes e aceitamos todas as condições do Edital de Licitação e a elas desde já nos submetemos.
13. Declara que, se for vencedora do certame antes da assinatura do contrato apresentará Certidão de Registro ou inscrição da empresa, no Conselho Regional Engenharia, e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU do local da sede do licitante com o visto da seção local, em caso de proponente estabelecido em outro Estado.
14. Declaração de disponibilidade de equipe técnica responsável - **Se declarada vencedora**, a licitante **deverá** apresentar no prazo de **até 05 (cinco) dias uteis** a relação nominal da equipe técnica de nível superior que será alocada nos serviços/obra e ainda atestado(s) relativo(s) aos serviços de engenharia emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito publico ou privado, obrigatoriamente pelos contratantes titulares das obras, deverão estar acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico - CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(s)/CAU(s) da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s). No(s) atestado(s) devera(ão) estar contemplados os seguintes serviços de características semelhantes aos do objeto licitado, como descritos abaixo:
15. ***Profissional Engenheiro Civil / Arquiteto:***
16. *Execução de edificação civil;*
17. *Execução de instalações elétricas de baixa tensão;*
18. *Execução de cobertura em estrutura de madeira e telha cerâmica;*
19. *Execução de pintura em paredes*
20. Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações previstas no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 (esta alínea aplica-se APENAS A ME/EPP que quiser usufruir dos benefícios da LC 123/2006). (modelo – anexo V)
* **Obs.:** *no caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, nesta declaração*.
	1. Sob pena de inabilitação:
1. Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou,
2. Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
3. Serão dispensados os documentos da filial os documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz; e,
4. O(s) atestado(s) de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ/MF da matriz e/ou da(s) filial(ais) da **licitante.**
	1. Em substituição aos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, poderá ser apresentado dentro do envelope 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
5. Para as empresas cadastradas no **SICAF** – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores da União, o **Certificado de Registro Cadastral** válido; ou
6. Para as empresas cadastradas no **CGF/MT** - Cadastro de Fornecedores do Governo do Estado de Mato Grosso, o Extrato de Situação Cadastral válido; ou
7. **Para as empresas que se cadastraram previamente perante a Comissão Permanente de Licitação, o Extrato de Cadastramento** específico para esta Tomada de Preços.
	* 1. As empresas que apresentarem o Extrato do SICAF, deverão apresentar também os documentos abaixo elencados:
8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).
9. Certidão Negativa de Falência ou Concordata , expedida pelo Cartório do Distribuidor Cível da Comarca onde a pessoa jurídica tiver sede;
	1. Os documentos apresentados no envelope de habilitação sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão **o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua emissão;
		1. Estão excluídos da presunção do item anterior, os atestados de capacidade técnica ou responsabilidade técnica e aqueles documentos que por sua natureza sejam incompatíveis com a exigência de prazo de validade.
	2. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário;
	3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
	4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observado ainda o disposto neste edital, a Comissão Permanente de Licitação considerará o proponente inabilitado, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006.
	5. Após a decisão da Comissão de Licitação quanto à habilitação, será oportunizada a interposição de recursos, na forma regulada neste edital.
	6. Os documentos de habilitação de todos os licitantes serão retidos para juntada aos autos do processo licitatório, e quanto aos documentos da proposta de preços, após o encerramento da fase recursal da fase de habilitação, poderão ser devolvidos os documentos (proposta de preços) das licitantes inabilitadas definitivamente.
10. DA PROPOSTA DE PREÇO
	1. Os documentos constantes do **ENVELOPE DE PROPOSTA** deverão ser apresentados em uma via impressa, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, carimbado e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante, contendo os seguintes elementos, sob pena de desclassificação:
		1. Número desta tomada de preços, nome do proponente, endereço, CEP, telefone, número do CNPJ e da Inscrição Estadual/Municipal ou do Distrito Federal, número de conta corrente e agência bancária, e respectivo Banco, pelos quais o Licitantepretende receber os pagamentos e endereço eletrônico (e-mail);
		2. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega;
		3. Planilha Orçamentária com valor unitário e total dos itens e global da proposta em moeda corrente, esta em algarismos arábicos e por extenso; sendo que os valores unitários e global não poderão ser superiores aos valores da planilha base fornecida pela SES/MT. Não serão aceitas propostas apenas com valor global;
		4. A proposta deverá conter todo e qualquer custo que se fizer necessário para a execução dos serviços/obra (mobilização e desmobilização, locações de equipamentos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, horas-extras, recomposição das áreas danificadas na execução dos serviços, limpeza durante a execução dos serviços, limpeza final, remoção do material excedente, encargos sociais, BDI, equipamentos de proteção individual e coletivo, alimentação e transporte, guarda etc.);
		5. Na elaboração da proposta de preço, é necessário que a licitante apresente o valor unitário/global no mês-base do orçamento apresentado na planilha de referência, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução dos serviços/obra objeto da licitação atendendo aos seguintes itens:
11. Quadro Resumo de Preços,
12. Planilha Orçamentária sintética;
13. Planilha de composição de preços unitários;
14. Cronograma físico financeiro;
15. Detalhamento do BDI;
16. Planilha de Leis Sociais.
	* 1. Na composição dos preços unitários a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
		2. O Cronograma Físico Financeiro deverá ser apresentado, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme Modelo 03;
		3. Do Local e Prazo da obra/serviços (conforme item 8 do plano de trabalho - anexo I deste Edital);
		4. O presidente de comissão, poderá solicitar a PROPOSTA DE PREÇOS em via digital no formato do tipo “.xls”, “.xlsx” ou “.ods” para possível verificação, caso seja necessário. A solicitação será feita em sessão;
	1. A Licitante deverá elaborar a PROPOSTA DE PREÇOS considerando o teor do Anexo – PROJETO BÁSICO/PLANO DE TRABALHO, Anexo – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA, CRONOGRAMA, e na qual conste prazo de entrega da obra, prazo de validade da proposta, da composição de todos os preços unitários, escala salarial de mão-de-obra, composição do BDI e das Leis Sociais.
	2. Não serão aceitas as propostas com valores UNITÁRIOS superiores ao limite estabelecido na planilha orçamentária de referência, ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
	3. Considerar-se-á que os preços fixados pela licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização de equipamentos e da aquisição de materiais necessários à satisfação do objeto. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.
	4. Buscando evitar o desbalanceamento da planilha, e propostas com bases desiguais, as mesmas deverão apresentar BDI com índice Linear para todos os itens, salvo BDI para equipamentos que deverão ser diferenciados conforme Acórdão TCU n° 2.622/2013.
	5. Propostas com BDI distintos para cada item da planilha serão desclassificadas, salvo casos justificados no item 11.5.
	6. Os preços e cotações, apresentados e considerados para efeito de julgamento, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
	7. Em caso de divergência entre preços constantes da PLANILHA DE PREÇOS e os constantes da PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, prevalecerão sempre os valores da COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS.
	8. As propostas de preços e planilhas, serão avaliados pela equipe técnica de elaboração de projetos da Superintendência de Obras, Reformas e Manutenção, a qual emitirá parecer técnico conclusivo acerca da aceitabilidade.
	9. Eventualmente, por ocasião da emissão da ordem de serviço ou ainda durante a execução do contrato, a Administração poderá, unilateralmente ou de comum acordo com a contratada, alterar ou adequar o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, visando aos melhores interesses ou condições de execução da obra, sempre formalizando tal alteração por meio de termo aditivo, devidamente justificado.
	10. Não serão admitidas PROPOSTAS que apresentem preço global ou preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
	11. Os preços, cotações e valores constantes da PROPOSTA DE PREÇOS serão considerados inexequíveis caso sejam iguais ou inferiores ao resultado dos cálculos previstos no § 1º do art. 48 da Lei n.º 8.666/1993.
	12. Não serão consideradas PROPOSTAS DE PREÇOS com ofertas de vantagens não previstas neste Edital, nem com valores ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais Licitantes, bem como serão desclassificadas aquelas que não atenderem ás especificações e exigências do Edital e de seus anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
17. DA SUBCONTRATAÇÃO
	1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
		1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
		2. A SUBCONTRATAÇÃO não exime nem diminui, perante a Administração, a responsabilidade direta e integral da CONTRATADA quanto à obra objeto desta licitação, principalmente quanto à qualidade e garantia dos materiais, equipamentos e serviços.
		3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
	2. A licitante vencedora poderá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 10.442, de 2016, nos percentuais mínimo de 5% (cinco por cento) e máximo de 30% (trinta por cento), atendidas as disposições dos subitens 12.1.1 a 12.1.3 acima, bem como as seguintes regras:
		1. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;
		2. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, deverá ser comprovada a regularidade fiscal das microempresas e das empresas de pequeno porte subcontratadas, como condição da licitante ser declarado vencedor no certame, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão, se aplicando o prazo para regularização previsto no item 6.4 deste Edital;
		3. A contratada se comprometerá a substituir à subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
		4. Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do art. 8º desta Lei, a Administração Pública deverá transferir a parcela subcontratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.
		5. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.
		6. Os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração Pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
		7. Não será exigida subcontratação quando essa for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
18. DO PROCEDIMENTO
	1. Os envelopes contendo a **“Documentação de Habilitação”** e **“Proposta de Preços”** serão recebidos no dia, hora e local indicado neste Edital, sendo que após a hora marcada nenhum envelope será recebido pela Comissão, devendo neste caso a ocorrência ficar consignada em Ata.
	2. A abertura dos envelopes ocorrerá sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará Ata assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação;
	3. Será inabilitada ou desclassificada a empresa que deixar de apresentar documento ou anexo exigido neste Edital, mesmo que na interpretação da licitante não tenha nada a ser declarado;
	4. O Presidente da Comissão submeterá todos os envelopes à rubrica dos presentes, a seguir fará a abertura do Envelope nº 01 – “Documentação de Habilitação” que será rubricado e apreciado pelos licitantes e comissão;
	5. O exame da “Documentação de Habilitação” e decisão sobre o cumprimento dos requisitos previstos neste edital, sempre que possível, será realizado na sessão pública do certame pela Comissão Permanente de Licitação, quando será dada ciência aos licitantes para interposição de recurso, contando-se da sessão o prazo recursal;
	6. Se houver ausência de algum licitante na sessão pública, ou se algum não informar se pretende ou não interpor recurso, a decisão da Comissão Permanente de Licitação será publicada mediante Aviso no Diário Oficial do Estado, contando-se da data de circulação o prazo recursal.
	7. Após desistência expressa do direito de interpor recurso, transcorrido o prazo recursal ou após o julgamento do recurso o Envelope nº 02, devidamente fechado, será devolvido ao concorrente INABILITADO, mediante recibo de seu representante.
	8. O Envelope n. 02 que não for resgatado após a homologação da licitação será destruído pela Comissão Permanente de Licitação, mediante registro nos autos do processo licitatório.
	9. As propostas dos concorrentes HABILITADOS serão abertas em sessão pública, rubricadas pelos licitantes e Comissão em horário e data previamente informados aos licitantes por meio de publicação no Diário Oficial do Estado;
	10. Eventuais erros nas Propostas, verificados pela Comissão Permanente de Licitação, poderão ser corrigidos nas seguintes hipóteses:
		1. Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso se houver, prevalecerá o valor por extenso;
		2. Erros de transcrição das quantidades do projeto para a Proposta, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
		3. Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente será retificado, mantendo-se o preço unitário e quantidade e corrigindo-se o produto;
		4. Erro de adição será retificado, conservando-se as parcelas corretas, trocando-se a soma;
	11. O valor total do serviço apresentado na Proposta será ajustado pela Comissão de Licitação em conformidade aos procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor contratual. Se a licitante não aceitar as correções procedidas, sua Proposta será rejeitada;
	12. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão de Licitação, necessárias para corrigir erros aritméticos cometidos pelos licitantes, não serão aceitas Propostas contendo borrões, emendas ou rasuras;
	13. Se a proposta da empresa vencedora sofrer correções pela Comissão de Licitação, e a critério da Comissão no interesse do Estado de Mato Grosso, a mesma deverá apresentar nova planilha corrigida, mantendo os valores apurados pela Comissão. A vencedora terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado e decurso de prazo recursal, para reapresentação da Proposta à Comissão de Licitação. Esta Proposta após análise e rubrica fará parte do processo licitatório;
	14. É facultada a Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta;
	15. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas às propostas não caberá à inabilitação por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;
	16. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão;
	17. Quando todas as propostas forem inabilitadas ou desclassificadas, a Administração poderá fixar às licitantes, prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outros documentos ou outras propostas, sem as causas que redundaram na sua inabilitação ou desclassificação, conforme §3º, Art. 48 da Lei 8.666 de 1993.
19. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO
	1. As Propostas de Preços serão analisadas, conferidas, corrigidas e classificadas por ordem crescente de valores corrigidos;
	2. O julgamento das propostas será realizado em conformidade com o disposto no §1º, inciso I do artigo 45, da Lei nº. 8.666/93; e serão desclassificadas nos seguintes casos:
		1. As propostas que não atendam às exigências desta Tomada de Preços, conforme o inciso I do artigo 48 da Lei nº. 8.666/93.
		2. O valor da proposta ser superior ao valor de referência estabelecido pela Secretaria de Estado de Saúde – SES/MT.
	3. No caso de empate entre duas ou mais propostas a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes habilitadas serão convocadas, salvo nos casos em que o empate se der com Microempresas - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP que serão utilizados os critérios da Lei Complementar nº 123/2006;
	4. A Comissão Permanente de Licitação publicará o resultado do julgamento das propostas no Diário Oficial do Estado;
	5. O **Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso** adjudicará o objeto licitado e homologará o certame ao participante com Proposta de menor preço que cumpra os requisitos do presente Edital e seu(s) anexo(s), após correções eventuais, desde que demonstrada sua viabilidade e após análise dos preços unitários pela comissão de licitação;
	6. Quando a empresa adjudicatária não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei nº. 8.666/93;
	7. O resultado e a homologação do presente certame será publicado e divulgado pelo(a) Presidente de Comissão o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – DOE/MT, no endereço eletrônico <https://www.iomat.mt.gov.br/>.
20. DOS RECURSOS
	1. Caberá recurso, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a contar: a) do dia da sessão pública em que todos os licitantes tiverem ciência da decisão; ou b) do dia de circulação do Diário Oficial do Estado em que ocorrer a publicação do aviso do ato decisório;
	2. **Os recursos deverão ser entregues no setor de protocolo da Secretaria de Estado de Saúde** de Mato Grosso, de 2ª a 6ª feira, das 14h00min às 18h00min (horário local), dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, vinculada à Superintendência de Aquisições e Contratos - SUAC, situada na Rua Júlio Domingos de Campos, s/n., (Antiga Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05) Centro Político Administrativo, CEP. 78.049-902, Cuiabá/MT;
		1. Não serão aceitos recursos ou impugnações a recursos enviados por e-mail ou fax.
	3. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
	4. Os recursos referentes aos atos de habilitação e julgamento das propostas terão efeitos suspensivos, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interposto eficácia suspensiva;
	5. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela empresa;
	6. Na contagem dos prazos será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento;
	7. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada aos interessados;
	8. A Comissão Permanente de Licitações poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, para apreciação e decisão da autoridade superior, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade;
	9. Decididos os recursos contra os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, se for o caso, e homologará o resultado.
	10. O resultado do presente certame será publicado e divulgado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – DOE/MT, no endereço eletrônico <https://www.iomat.mt.gov.br/>.
21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
* Unidade Orçamentária: 21601
* Projeto Atividade: 2545
* Fonte: 192
* Fonte: 195/395
* Natureza de Despesa: 3.3.90.39.043
* Subação: 11
* Programa: 076
* Tarefa: 03
1. DA CONTRATAÇÃO E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
	1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, poderá firmar Contrato de acordo com o artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, visando à execução do objeto desta licitação nos termos e condições da minuta de contrato em anexo que integra este Edital.
	2. O adjudicatário deve comparecer quando convocado no prazo máximo **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinatura do instrumento contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
		1. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
	3. **As OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE e da CONTRATADA, sanções por inadimplemento, critérios de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro e condições de pagamento são aquelas constantes neste Edital, no Termo de Referência e/ou Projeto Básico/Plano de Trabalho e Minuta do Contrato, juntamente com todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da presente licitação, que integrarão o Contrato, independente de transcrição.**
	4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do instrumento Contratual, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada à ordem de classificação para celebrar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas em Lei conforme estabelece este edital.
	5. O período de vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos, sua duração poderá ser prorrogada, condicionada a verificação da real necessidade e vantagem para a Administração na continuidade do contrato nos termos do Art. 57 da lei 8.666/93.
	6. Após a celebração do contrato, a Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e retirar a nota de empenho/ordem de serviço, **no prazo de** **até 10 (dez) dias uteis,** contados do recebimento da convocação formal.
	7. A execução de todos os serviços inerentes à reforma do Complexo Regulador de Cáceres será de responsabilidade da Contratada, respeitando os projetos, os memoriais descritivos, cronograma, as planilhas orçamentárias e demais anexos, bem como, as exigências legais pertinentes ao objeto.
	8. O prazo para o início dos serviços/obras será de **até 15 (quinze) dias** corridos contados a partir da data de retirada da Nota de Empenho/Ordem de Serviço a ser emitida pela Superintendência de Obras, Reformas e Manutenção da Secretaria de Estado de Saúde - SES e deverá ser entregue no prazo de até **90 (noventa) dias** respeitando o cronograma e demais parâmetros necessários a execução do objeto.
		1. Não caberá qualquer prorrogação de prazo de execução em decorrência de rejeição, por parte da CONTRATANTE, de etapas dos serviços que estejam em desacordo com o projeto executivo e/ou especificações, sem ônus para Administração.
	9. O local para a realização da reforma será no Complexo Regulador de Cáceres localizado na Avenida 07 de Setembro, nº 978 – Cidade Alta, CEP 78.200-000, Cáceres/MT.
	10. O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior a 5 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra, a ser emitido por servidor ou comissão designada pelo Secretário de Estado de Saúde, ou por quem lhe vier exercer tal atribuição por delegação legal. Conforme Termo de Garantia, anexo G do contrato.
	11. A publicação resumida do instrumento de Contrato e de seus eventuais aditamentos se dará na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, providenciada pela Administração no prazo estabelecido pela Lei 8.666/93.
	12. Decorridos 90 (noventa) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para contratação, as licitantes são liberadas da obrigação de contratar com a Administração.
2. DA GARANTIA CONTRATUAL
	1. Para fins de assinatura do CONTRATO oriundo desta licitação, e visando garantia de seu fiel cumprimento e adimplemento das obrigações decorrentes, o ADJUDICATÁRIO, sob pena de decair do direito à contratação, recolherá a titulo de GARANTIA DO CONTRATO a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor a ser contratado, no prazo de até **15 (quinze) dias corridos**, contados da data assinatura do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:
3. Títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
4. Caução em dinheiro, mediante depósito bancário no Banco do Brasil.
5. Seguro-garantia
6. Fiança Bancária, prestada com renúncia expressa pelo fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro.
	1. No caso de caução em dinheiro, depois de efetivado o depósito proceder-se da seguinte forma:
		1. Será emitido “*Termo de Depósito*”, em duas vias, pela SES, no qual constará valor, data, e número de identificação do depósito bancário realizado, e uma das vias deverá integrar o CONTRATO.
		2. Os valores depositados em favor da SES, a título de caução em dinheiro, deverão ser aplicados em conta bancária remunerada de Instituição Oficial que garanta a atualização monetária das quantias depositadas, para fins de posterior devolução da GARANTIA DO CONTRATO, nos termos deste Edital.
		3. A caução em dinheiro, também poderá ser realizada por depósito em instituição financeira oficial, aprovada pela SES, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Contratante.
	2. No caso de Títulos da Dívida Pública, deverá ser também apresentado “*Laudo de Avaliação*” da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no qual devam constar as informações sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate do respectivo Título; como também de “*Escritura Pública de Transferência*” dos Títulos à Secretaria de Estado de Saúde, pelo período de vigência do CONTRATO.
	3. No caso de Seguro-Garantia, deverá ser apresentado o original da apólice em favor da SES, fornecido pela companhia seguradora, e cuja cobertura deverá conter cláusula de “*não cancelamento*”, e ainda contemplar as hipóteses de inadimplemento das obrigações estabelecidas inclusive com destaque para as situações de multas contratuais ou atrasos no prazo de execução da obra por culpa do ADJUDICATÁRIO.
	4. O montante da GARANTIA DO CONTRATO, determinado consoante os parâmetros estabelecidos pelo art. 56, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993, é devido em razão do volume de recursos financeiros envolvidos no certame, e para que também possa servir para cobrir eventuais multas contratuais, quando não subsistirem créditos a receber por parte da CONTRATADA.
	5. A validade e eficácia da GARANTIA DO CONTRATO deverá acompanhar toda a vigência do CONTRATO, inclusive devendo ser prorrogada, quando prestada na forma de seguro-garantia ou fiança bancária, quando ocorrer prorrogação do prazo do CONTRATO.
		1. A Administração poderá, a seu exclusivo critério, perpetrar a rescisão contratual ou a execução da garantia original prestada, na hipótese da GARANTIA DO CONTRATO não for prorrogada por idêntico prazo de prorrogação do CONTRATO.
	6. A GARANTIA DO CONTRATO deverá ser reforçada sempre que houver acréscimo ao preço global final pactuado, de forma que sua importância mantenha-se sempre equivalente a 5% (cinco por cento) do valor vigente contratado.
	7. A GARANTIA DO CONTRATO ou o seu respectivo saldo remanescente, se houver, será restituída ou liberada em favor da empresa CONTRATADA, uma vez verificada a perfeita execução dos serviços, com o respectivo recebimento final da obra objeto desta licitação, na forma do § 4º do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993.
	8. Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pela Contratante.
7. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
	1. O valor do contrato poderá ser **reajustado** anualmente, mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice ***(Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M ou Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI)***, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela ***Fundação Getúlio Vargas – FGV***, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento pendentes de execução e cujo eventual atraso não decorra de culpa da contratada.
	2. Será admitido o **reequilíbrio econômico-financeiro** do contrato para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. Devendo ser requerido e comprovado pela contratada.
	3. Quando contratada, será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos e supressões** que se fizerem necessários nas obras ou serviços até 25% do valor inicial do contrato, o que ocorrerá mediante aditivo contratual.
8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
	1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e Decreto Estadual 840 de 2017, a Adjudicatária/Contratada que:
9. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
10. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
11. Fraudar na execução do contrato;
12. Comportar-se de modo inidôneo;
13. Cometer fraude fiscal;
14. Não mantiver a proposta.
	1. A Adjudicatária/Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
		1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração/Contratante;
		2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
		3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
		4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
		5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de **até dois anos**;
		6. Todas as sanções aplicadas devem ser comunicadas ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso para registro no cadastro da respectiva sancionada e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS/MT;
		7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Adjudicatária/Contratada ressarcir a Administração/Contratante pelos prejuízos causados;
	2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
15. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
16. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
17. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
	1. Se a Licitantenão proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte da Secretaria de Estado de Saúde, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Estado, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela **Procuradoria Geral do Estado**.
	2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Adjudicatária/Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e Decreto Estadual 840 de 2017.
	3. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
	4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
	5. A Contratadapoderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade/quantidades dos bens e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
	1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
	2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
	3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
	4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
	5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
	6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
	7. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
	8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
	9. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5°, da Lei n° 8.666, de 1993.
	10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
	11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
	12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
	13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.
	14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [*http://www.saude.mt.gov.br/licitacao*](http://www.saude.mt.gov.br/licitacao), os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Coordenadoria de Aquisições – CA, da Superintendência Aquisições e Contratos – SUAC, junto a Comissão Permanente de Licitações.
	15. Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também à minuta de contrato.
	16. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.
	17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
* ANEXO I – Síntese do Plano de Trabalho N° 011/2018/GBSAAQ/SUPO/SES;
* MODELO 01 - PLANILHA RESUMO
* MODELO 02 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA
* MODELO 03 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
* MODELO 04 - COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI
* MODELO 05 - ENCARGOS SOCIAIS
* MODELO 06 - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇOS
* ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
* ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;
* ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA;
* ANEXO V - MODELO DA DECLARAÇÃO;
* ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA;
* ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA;
* ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO;
* ANEXO-A – PROPOSTA VENCEDORA
* ANEXO-B – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
* ANEXO-C – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI
* ANEXO-D – ENCARGOS SOCIAIS
* ANEXO-E – COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇOS
* ANEXO-F – MODELO DIÁRIO DE REGISTRO
* ANEXO-G – TERMO DE GARANTIA

Cuiabá-MT, 04 de abril de 2019.

**Gilberto Gomes de Figueiredo**

Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso

ANEXO I - SÍNTESE DO PROJETO BÁSICO/PT N° 011/2018/GBSAAQ/SUPO/SES

|  |
| --- |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE
 |
| * 1. Órgão Requerente:
* Secretaria de Estado de Saúde
	1. Unidade Solicitante:
* **Unidade:** Superintendência de Obras, Reformas e Manutenção.
* **Contato**: (65) 3613-5416.
 |
| 1. OBJETOS
 |
| * 1. O presente Projeto Básico tem como objeto a ***contratação de empresa especializada em serviço de obra de engenharia para execução de reforma, com fornecimento de material, mão-de-obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita realização dos serviços no Complexo Regulador de Cáceres, Cáceres-MT***, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
 |
| 1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
 |
| * 1. Considerando as várias notificações dos órgãos controladores e por não haver manutenções preventivas e corretivas no prédio, e, o conforto, segurança e funcionalidade do usuário e profissional. Diante da solicitação, a equipe técnica da Superintendência de Obras, Reformas e Manutenções da SES se deslocou até o local e detectou que a reforma da unidade é imprescindível, considerando o estado do Complexo.
	2. Considerando a grande importância das unidades e a preocupação das diretorias destas unidades, quanto à precariedade que se encontra a infraestrutura do local onde estão instaladas.
	3. Considerando que os serviços de reforma e adequação são imprescindíveis. Ademais, existem fatores diversos que influenciam na deterioração da edificação, fatores esses que vão desde o envelhecimento natural do prédio até a deterioração por acidentes, acompanhados pela dinâmica crescente de modernização e desenvolvimento tecnológico, considerando-se também as necessidades dos usuários com acessibilidade.
	4. Diante do exposto, será necessária a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de engenharia, obras e reformas para que seja sanada as irregularidades apontadas, através de serviços de reparos, manutenções, avaliações, ampliações de componentes defeituosos, entre outros. Visto que os diversos sistemas que compõem a edificação encontram-se em estado crítico de conservação, em decorrência da ação depreciativa do tempo e da ausência de manutenções preventivas.
	5. A reforma do Complexo Regulador de Cáceres contempla a demolição e execução de alvenarias, execução de paredes em gesso acartonado, pintura geral, aplicação de azulejo em ambientes internos, execução de piso cerâmico, revitalização da fachada, substituição e adequação das instalações elétricas, cabeamento estruturado, hidrossanitárias e adequações estruturais.
	6. Considerando a precariedade, conforto, inconformidades das estruturas existentes e a segurança dos usuários e profissionais, a reforma do prédio, se justifica em face da necessidade de se preservar a estrutura do prédio, bem como promover melhor qualidade e oferecer aos pacientes, servidores e visitantes melhores condições e confortos, ainda assim, haja vista que a unidade encontra-se danificado por fatores climáticos e por utilização de longos anos sem reforma/manutenção, comprometendo o bem estar dos os pacientes, bem como dos servidores/profissionais.
	7. A reforma é necessária para sua adequação, bem como, adaptação tecnológica das instalações, revitalização e atualização da construção, para aumento da vida útil do imóvel, por este se encontrar com materiais e instalações em estado de obsolescência e em desacordo com as Normas atuais vigentes.
	8. Ademais, busca ainda atender aos indicadores de sustentabilidade ambiental, social e econômico, em consonância com os projetos.
 |
| 1. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:
 |
| * 1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
* Unidade Orçamentária: 21601
* Projeto Atividade: 2545
* Fonte: 192
* Fonte: 195/395
* Natureza de Despesa: 3.3.90.39.043
* Subação: 11
* Programa: 076
* Tarefa: 03
 |
| 1. DO SUPORTE LEGAL
 |
| * 1. A modalidade sugerida é a **TOMADA DE PREÇOS**, conforme a Lei 8.666/93, art. 22, inciso l, com seus valores limítrofes definidos no art. 23, inciso I, alínea “c” e obedecerá ao tipo de **“MENOR PREÇO”**, sob a forma de execução indireta por regime de **“EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”**, conforme disposto no art. 6º, inciso VIII, alínea “b”, cumulado com o art. 10, inciso II, alínea “b” da mesma Lei.
	2. Em sendo possível a participação da Microempresa e Epp’s, a participação ocorrerá na forma prevista na Lei Complementar n° 123/ 2006 e alterações posteriores, obedecendo a Lei Estadual nº 10.442, de 03 de outubro de 2016, no que couber o Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015. E demais obrigações deste Projeto Básico/Plano de Trabalho e seus anexos.
 |
| 1. DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
 |
| * 1. A execução de todos os serviços inerentes à reforma no Complexo Regulador, Cáceres-MT, será de responsabilidade da Contratada, respeitando os projetos, os memoriais descritivos, cronograma, as planilhas orçamentárias e demais anexos, bem como, as exigências legais pertinentes ao objeto (Portarias/Normas Regulamentadoras-NRs).
	2. A contratada deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.
	3. Os serviços poderão ser executados em jornada dupla de trabalho, fora do horário de expediente e em finais de semana para garantir o prazo de entrega dos mesmos, sem ônus para a Contratante.
	4. A contratada deverá manter o Diário de Registro de Obra devidamente atualizado, e presente no canteiro de obras, conforme previsto no item 12.5.
		1. O Diário de Registro de Obra deverá ser encaminhado diariamente em via digital com fotos conforme modelo 11 sugerido.
	5. A contratada deverá fornecer material, mão-de-obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita realização dos serviços de reforma do Complexo Regulador, Cáceres-MT
		1. Usar material normatizado e de boa qualidade para a realização dos serviços.
	6. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes.
	7. Os serviços não poderão prejudicar o fluxo de pedestres e veículos, exceto quando da impossibilidade de realizá-los sem tal prejuízo.
	8. Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte, material, etc.
	9. A contratada deverá realizar os controles tecnológicos e ensaios de cada serviço pertinente, como, fornecimento de concreto, de solos, das peças de estrutura metálica, teste de carga, entre outros exigidos em norma.
	10. A contratada deverá providenciar banheiro, almoxarifado, refeitório ou o que se fizer necessário para a realização dos serviços.
	11. Verificar com a Fiscalização, local para descarte do material escavado ou outro material, de grande volume, que for necessário estocar.
	12. Os locais onde serão realizados os serviços deverão ser entregues limpos, sem material excedente e bem sinalizado, pronto para o uso público.
	13. Manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI´s e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC’s em perfeito estado durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados através de:
1. Equipamentos de Proteção Individuais – EPI;
2. Uniforme e Crachás para os funcionários;
	1. Os serviços deverão obedecer na íntegra aos projetos e memoriais fornecidos.
	2. Os serviços deverão ser executados de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT.
	3. A fiscalização do contrato, nomeada por portaria de designação da SES, poderá rejeitar e solicitar a qualquer tempo a substituição dos colaboradores da contratada, equipamento ou materiais que não estiverem de acordo com as normas e/ou que não atendam as especificações.
	4. É responsabilidade da contratada o fornecimento de energia elétrica para execução da obra.
	5. Para garantir a boa execução da obra, deverão estar presentes no canteiro de obras durante todo o período de execução, **Engenheiro Civil ou Arquiteto** como responsável técnico. Deverá ser relacionado conforme Declaração de técnico responsável presente em anexo no modelo 05;
	6. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional **deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação**, admitindo-se a substituição nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de **experiência equivalente ou superior**, mediante aprovação prévia desta administração;
	7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
 |
| 1. DA SUBCONTRATAÇÃO
 |
| * Conforme item 12 do Edital e Cláusula Sexta da minuta do Contrato
 |
| 1. DA VIGÊNCIA, DO PRAZO E DO LOCAL de EXECUÇÃO.
 |
| * 1. A licitante vencedora ficará obrigada no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, assinar o contrato e demais documentos necessários, sob pena de decair o direito de contratação.
		1. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
	2. O período de vigência do contrato **será de 180 (cento e oitenta) dias**, conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos, sua duração poderá ser prorrogada, condicionada a verificação da real necessidade e vantagem para a Administração na continuidade do contrato nos termos do Art. 57 da lei 8.666/93.
	3. Após a celebração do contrato, a Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e retirar a nota de empenho/ordem de serviço, **no prazo de** **até 10 (dez) dias uteis,** contados do recebimento da convocação formal.
	4. A execução de todos os serviços inerentes à reforma do Complexo Regulador de Cáceres será de responsabilidade da Contratada, respeitando os projetos, os memoriais descritivos, cronograma, as planilhas orçamentárias e demais anexos, bem como, as exigências legais pertinentes ao objeto.
	5. O prazo para o início dos serviços/obras será de **até 15 (quinze) dias** corridos contados a partir da data de retirada da Nota de Empenho/Ordem de Serviço a ser emitida pela Superintendência de Obras, Reformas e Manutenção da Secretaria de Estado de Saúde - SES e deverá ser entregue no prazo de até **90 (noventa) dias** respeitando o cronograma e demais parâmetros necessários a execução do objeto.
		1. Não caberá qualquer prorrogação de prazo de execução em decorrência de rejeição, por parte da CONTRATANTE, de etapas dos serviços que estejam em desacordo com o projeto executivo e/ou especificações, sem ônus para Administração.
	6. O local para a realização da reforma será no Complexo Regulador de Cáceres localizado na Avenida 07 de Setembro, nº 978 – Cidade Alta, CEP 78.200-000, Cáceres/MT.
	7. O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior a 5 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra, a ser emitido por servidor ou comissão designada pelo Secretário de Estado de Saúde, ou por quem lhe vier exercer tal atribuição por delegação legal. Conforme Termo de Garantia, modelo 10 deste instrumento.
 |
| 1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
 |
| * Conforme Cláusula Sétima da minuta do Contrato
 |
| 1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
 |
| * Conforme Cláusula Oitava da minuta do Contrato
 |
| 1. DO RECEBIMENTO
 |
| * 1. Quando a obra e os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada comunicar, por escrito e mediante protocolo, tal fato à Secretaria de Estado de Saúde, à qual competirá:
		1. Realizar o RECEBIMENTO PROVISÓRIO, por intermédio da equipe de fiscalização da SES/MT responsável pelo acompanhamento do objeto desta licitação, emitindo “Termo de Recebimento Provisório”, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do comunicado da Contratada.
		2. Realizar o RECEBIMENTO DEFINITIVO, por intermédio de comissão técnica designada pelo Secretário de Estado de Saúde, ou por quem por ele delegado, emitindo “Termo de Recebimento Definitivo”, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do Recebimento Provisório.
	2. Tanto o RECEBIMENTO PROVISÓRIO quanto o RECEBIMENTO DEFINITIVO serão lavrados em quatro vias, de igual teor e forma, as quais deverão estar assinadas pela fiscalização e pela Contratada; sendo uma via destinada à Contratada, uma via à SUPOF, e uma via para o respectivo processo que deu origem ao Contrato Administrativo.
	3. Para fins do RECEBIMENTO PROVISÓRIO, o fiscal de obras da Secretaria de Estado de Saúde designado através de portaria realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, podendo ser acompanhada por profissionais da Contratada responsáveis pela obra, buscando aferir a adequação dos serviços com os parâmetros contratados, e, caso existam inconformidades, relacionar os arremates, retoques, e revisões finais que se fizerem necessários, consignando-os em relatório técnico de vistoria, que constituirá objeto de Notificação Extrajudicial à Contratada, definindo prazo para sanar e/ou justificar as inconformidades.
	4. O RECEBIMENTO DEFINITIVO será lavrado após os serviços terem sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, e desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto à eventuais pendências observadas na obra.
	5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.
	6. O RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor, podendo ocorrer requerimentos para a execução de eventuais correções de defeitos, independentemente da vigência do Contrato.
 |
| 1. DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO:
 |
| * 1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, serão designados por meio de Portaria os representantes abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados:

|  |  |
| --- | --- |
| Fiscal do Contrato | Sr. CPF: Matrícula: Cargo: E-mail: Telefone:  |
| Suplente do Fiscal  | Sr. CPF: Matrícula: Cargo: E-mail: Telefone:  |
| Fiscal de Obra | Sr. CPF: Matrícula: Cargo: E-mail: Telefone:  |

* 1. À FISCALIZAÇÃO, designada pela CONTRATANTE antes do início do serviço, competirá o controle e fiscalização da execução da obra em suas diversas fases, decidir sobre dúvidas surgidas no decorrer da construção, efetuar anotações diárias em livro apropriado, proceder às medições dos serviços e manter o CONTRATANTE informado quanto ao andamento das obras e das ocorrências que devam ser objeto de apreciação superior.
1. As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão nas especificações e nas Normas vigentes.
2. A fiscalização será realizada conforme portaria, onde dispõe sobre o Fiscal de Contrato e o Gestor de Contrato no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.
3. A presença da FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE na obra não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução dos trabalhos.
4. A qualidade dos serviços e materiais aplicados será realizado por FISCALIZAÇÃO especifica da Superintendência de Obras da Secretaria de Estado de Saúde que também será responsável pela emissão do TRD – Termo de Recebimento Definitivo da Obra.
	1. A fiscalização de que trata os itens acima não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
	2. O representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
	3. Diário de Obras:
		1. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de "Diário de Obras", devidamente numerado e rubricado pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA **diariamente**, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra e terá as seguintes características:
5. Será único, com páginas numeradas tipograficamente, em 03 vias, sendo a primeira da CONTRATANTE e a segunda da CONTRATADA.
6. Todas as folhas do Diário de Obras deverão ser assinadas pelo RESPONSÁVEL TÉCNICO da CONTRATADA, no máximo, um dia após a referida data de entrada de dados.
7. As folhas do Diário de Obras deverão obrigatoriamente ser assinadas pela FISCALIZAÇÃO nos dias de vistoria.
8. Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da contratada, nome do contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas do CONTRATADO e do CONTRATANTE.
	* 1. Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras", pela CONTRATADA:
9. Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;
10. Consultas à FISCALIZAÇÃO;
11. Datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
12. Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
13. Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;
14. Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço;
15. Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro;
16. Será objeto de registro no "Diário de Obras" pela FISCALIZAÇÃO:
* Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no "Diário de Obras";
* Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;
* Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;
* Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
* Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações;
* Outros fatos que, a juízo da FISCALIZAÇÃO, devem ser objeto de registro.
	+ 1. O Diário de Registro de Obra deverá ser encaminhado diariamente em via digital com fotos conforme modelo 11 sugerido.
	1. Caberá ao Fiscal, além das que perfazem na legislação vigente, Lei nº 8.666/93 e a portaria nº 68/2016/GBSES, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela Contratada.
 |
| 1. DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO
 |
| * Conforme item 10 do Edital
 |
| 1. DA VISITA TÉCNICA
 |
| * 1. Por intermédio de seu Responsável, a(s) empresa(s) interessada(s) **poderá(ão)** juntamente com o servidor designado para esse fim, realizar Visita Técnica no local que serão executados os serviços licitados, visando constatar as condições e peculiaridades inerentes à sua execução, inclusive com a emissão de DECLARAÇÃO, emitido pela unidade demandante, que deverá fazer parte da Documentação de HABILITAÇÃO, (Modelo 07).
	2. A(s) empresa(s) interessada(s) deverá(ão) agendar, de segunda à sexta-feira, das 14:00 horas às 18:00 horas, pelo telefone (65) 3613-5416, em até **03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para realização do certame licitatório**, diretamente com a Superintendência de Obras, Reformas e Manutenções/SES.
		1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 03 (três) dias úteisanteriores à data prevista para abertura dos envelopes.
		2. Para a vistoria a licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.
		3. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, antes da data fixada para a sessão pública.
		4. A empresa poderá solicitar informações do projeto, com a equipe técnica mediante prévio agendamento.
		5. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
		6. A Declaração de Vistoria será expedida pelo servidor responsável do setor de obra da SES em até no máximo 48 (quarenta e oito) horas após a realização da visita da proponente que a mesma deverá entregar juntamente com a Documentação de Habilitação.
	3. A(s) empresa(s) interessada(s) poderá(ão) **optar por não realizar(em) a Visita Técnica**, caso em que deverá(ão) emitir uma DECLARAÇÃO que fará parte da Documentação de HABILITAÇÃO, de que conhece todos os trabalhos a serem realizados, as condições estruturais existentes, os documentos e exigências inerente a execução do objeto, assumindo todos os riscos inerentes do não conhecimento das reais condições da obra/serviços, e, no caso de ser declarada vencedora que tem totais condições de realizar/executar os serviços ora pretendidos, sem prejuízo algum na sua efetiva execução, (Modelo 06).
	4. A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.
	5. A empresa não poderá alegar, a posteriori, desconhecimento de qualquer fato relativo às condições do local de execução dos serviços, podendo incorrer em sanções administrativas previstas no Edital em consonância com a Lei 8.666/93.
 |
| 1. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES
 |
| * Conforme item 11 do Edital
 |
| 1. DO PAGAMENTO E DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL
 |
| * 1. O pagamento dos valores pactuados no contrato decorrente desta licitação será realizado pela CONTRATANTE, a partir da apuração de medições das etapas previstas no cronograma físico-financeiro apresentado pela Contratada, mediante crédito em conta corrente da Contratada, por nota de ordem bancária (NOB), **em até 30 (trinta) dias, a contar do** **recebimento de nota fiscal referente à medição realizada** **e dos materiais empregados**, e quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação no certame, e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada.
	2. As Notas Fiscais devem ser emitidas em nome do **Fundo Estadual** **de Saúde** e deverão ser entregues no local indicado pela CONTRATANTE, a fim de serem atestadas e deverá conter as seguintes descriminações:
1. Razão Social e CNPJ;
2. Número da Nota Fiscal;
3. Data de emissão;
4. Nome da Secretaria Solicitante/unidade;
5. Descrição do Serviço/materiais;
6. Medições, quantidade, preço unitário, preço total;
7. Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
8. Número do Contrato;
9. Número da Nota de Empenho/Ordem de Serviço;
10. Não deverá possuir rasuras.
	1. A Nota Fiscal deverá conter o atestado firmado pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando a execução do serviço contratado;
		1. Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções, sendo informado o motivo que motivaram a sua rejeição.
		2. Somente após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.
	2. O pagamento será feito em prazo não superior a **30 (trinta) dias, a contar do recebimento do bem (atesto na nota fiscal)**, através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela Contratada indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5° da Lei n° 8666/93.
	3. Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, todas as certidões de regularidade fiscal, devidamente válidas:
11. Prova de regularidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;
12. Prova de regularidade da Fazenda Estadual (expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor);
13. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
14. Prova de regularidade da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
	1. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.
	2. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
	3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.
	4. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.
 |
| 1. DAS MEDIÇÕES
 |
| * 1. As medições dos serviços executados serão efetivadas mensalmente conforme estabelecido em cronograma físico financeiro. Todavia a primeira medição só poderá ser realizada após 30 dias da expedição da Ordem de Serviço, e a última medição, após a conclusão da obra, independente da periodicidade mensal. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.
	2. Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto quando se tratar da primeira e da última medição (Medição Final).
	3. As medições mensais dos serviços executados serão validadas por uma equipe técnica de Fiscalização, designada para o acompanhamento da obra, através de Portaria publicada no Diário Oficial, sendo que a 1ª medição somente será liberada se a placa da obra e as ligações provisórias de energia e água estiverem instaladas.
	4. A medição final SOMENTE ocorrerá após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra, e após o fornecimento da Planilha AS BUILT pela contratada, que será devidamente analisada e aprovada pela equipe de Fiscalização da Obra.
	5. A Contratada deverá fornecer para a equipe de Fiscalização do Contrato, antecipadamente ou na ocasião da vistoria técnica, planilha de medição “prévia” com memória de cálculo para análise e conferência dos serviços realizados “in loco”;
	6. Caberá à equipe de Fiscalização do contrato averiguar e atestar a realização dos serviços, e caso as planilhas apresentem incorreções e incongruências, serão devolvidas à Contratada para as devidas correções.
	7. Após a aprovação “*in loco*” dos serviços realizados, a Contratada deverá protocolizar a planilha de medição aprovada pela Fiscalização nos moldes do padrão **SES**, que será fornecida ao contratado. A medição deverá estar acompanhadados seguintes documentos:
1. Memória de cálculo;
2. Folha de medição;
3. Relatório fotográfico dos serviços executados;
4. Diários de obras correspondentes ao período da medição;
5. Cronograma Físico-financeiro da Obra devidamente atualizado;
6. Resultados dos ensaios de controle tecnológico, devidamente assinados e registrados no CREA/MT, acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
	1. Caberá à Equipe de Fiscalização encaminhar a Planilha de Medição aprovada para análise e aprovação de pagamento por parte da Secretaria de Fazenda de Mato Grosso – SEFAZ/MT. E somente após o parecer da SEFAZ, a equipe de Fiscalização autorizará a emissão da respectiva Nota Fiscal/Fatura para pagamento.
	2. O item administração, deverá ser medido e pago conforme orientação prescrita no acórdão do TCU 2622/2013, proporcionais à execução financeira da obra, não sendo permitido desembolsos mensais fixos, evitando-se remunerações indevidas de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;
 |
| 1. DA GARANTIA CONTRATUAL
 |
| * Conforme item 18 do edital e Cláusula Quinta da minuta do Contrato
 |
| 1. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
 |
| * Conforme item 19 do edital e Cláusula Décima Quarta da minuta do Contrato
 |
| 1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
 |
| * Conforme item 20 do edital e Cláusula Décima Quinta da minuta do Contrato
 |
| 1. DOS ANEXOS
 |
| * 1. São entregues junto a este Projeto Básico, os projetos, planilhas, memoriais necessários para a execução do objeto do Plano de Trabalho, conforme listado abaixo:
		1. **Planilha Orçamentária**:
1. Resumo;
2. Planilha orçamentária;
3. Cronograma Físico Financeiro;
4. Planilha BDI, encargos trabalhistas;
5. Memória de Cálculo;
6. CPU – Composição de Custo Unitário.
	* 1. **Projeto Arquitetônico:**
7. Projeto Arquitetônico - 01/07 – Planta Existente;
8. Projeto Arquitetônico - 02/07 – Planta Técnica;
9. Projeto Arquitetônico - 03/07 – Layout;
10. Projeto Arquitetônico - 04/07 – Planta Demolir-Construir;
11. Projeto Arquitetônico - 05/07 – Planta Cobertura;
12. Projeto Arquitetônico - 06/07 – Cortes AA e BB;
13. Projeto Arquitetônico - 07/07 – Fachada;
14. Memorial descritivo – Arquitetura.
	* 1. **Projeto Estrutural:**
15. Projeto Estrutural - 01/04 – Planta de Fôrmas Fundação, Armação das Sapatas;
16. Projeto Estrutural - 02/04 – Planta de Locação dos Pilares, Armação dos Pilares;
17. Projeto Estrutural - 03/04 – Planta de Fôrmas das vigas Baldrame, vigas Intermediária e vigas Respaldo;
18. Projeto Estrutural - 04/04 – – Planta de Armação das vigas Baldrame, vigas Intermediária e vigas Respaldo;
19. Memorial Descritivo.
	* 1. **Projeto Elétrico e Lógica:**
20. Projeto Elétrico – 01/02;
21. Projeto Lógica – 02/02;
22. Memorial Descritivo.
	* 1. **Projeto Hidrossanitário:**
23. Projeto de Instalações Prediais de Água Fria – 01/01 – Detalhes Isométricos;
24. Projeto de Instalações Prediais de Esgoto – 01/01 – Planta Baixa e Detalhes;
25. Memorial Descritivo.
	* 1. **ART/RRT dos profissionais responsáveis pelos projetos.**
		2. **CD contendo projetos e planilha.**
 |
| 1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
 |
| * 1. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.
 |

MODELO DOCUMENTOS DO PROJETO BÁSICO/PLANO DE TRABALHO

MODELO 01 - PLANILHA RESUMO

|  |
| --- |
| **OBRA:** REFORMA E ADEQUAÇÃO FÍSICA DO COMPLEXO REGULADOR - CÁCERES-MT |
| **LOCAL:** Avenida Sete de Setembro, nº 978, Cidade Alta, Cáceres-MT - CEP: 78.200-000 |
| **DATA: SETEMBRO**. 2018 |  |   |
|  |  |   |   |
| **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO DO SERVIÇO** |  **%**  |  **VALOR**  |
| 01 | ADMINISTRAÇÃO | 7,30% | 15.727,92 |
| 02 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 1,72% | 3.704,07 |
| 03 | INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS | 9,37% | 20.195,67 |
| 04 | MOVIMENTO DE TERRA | 10,40% | 22.405,43 |
| 05 | INFRA-ESTRUTURA | 3,75% | 8.080,28 |
| 06 | SUPER-ESTRUTURA | 5,59% | 12.039,12 |
| 07 | IMPERMEABILIZAÇÃO | 1,01% | 2.167,35 |
| 08 | ALVENARIA | 6,46% | 13.925,17 |
| 09 | COBERTURA | 10,10% | 21.762,70 |
| 10 | ESQUADRIA | 5,40% | 11.628,63 |
| 11 | REVESTIMENTO | 6,18% | 13.304,32 |
| 12 | PISO | 1,91% | 4.104,98 |
| 13 | FORRO | 2,43% | 5.237,24 |
| 14 | PINTURA | 7,76% | 16.717,48 |
| 15 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES | 1,23% | 2.653,66 |
| 16 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICA | 15,35% | 33.073,56 |
| 17 | INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS | 1,49% | 3.203,45 |
| 18 | LOUÇAS E METAIS | 1,98% | 4.258,95 |
| 19 | LIMPEZA DE OBRA | 0,59% | 1.264,29 |
|   | **TOTAL** | 100,00% | 215.454,27 |
|   | **TOTAL GERAL** | **215.454,27** |

MODELO 02 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

REFORMA E ADEQUAÇÃO FÍSICA DO COMPLEXO REGULADOR DE CÁCERES-MT.

Avenida Sete de Setembro, nº 978, Cidade Alta, Cáceres-MT - CEP: 78.200-000.

**B.D.I.:** 28,35%;

**Bancos Utilizados:** SINAPI-MT - 08/2018

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **CÓDIGO** | **BANCO** | **DESCRIÇÃO** | **UD** | **QUANT** | **V. UNIT** | **V. UNIT C/BDI** | **TOTAL** |
| **1** |  |  | **ADMINISTRAÇÃO** |  |  |  |  | **15.727,92** |
| 1.2 | 90777 | SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 24,00 | 80,77 | 103,66 | 2.487,84 |
| 1.3 | 90776 | SINAPI | ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 504,00 | 20,47 | 26,27 | 13.240,08 |
| **2** |  |  | **SERVIÇOS PRELIMINARES** |  |  |  |  | **3.704,07** |
| 2.1 |  SDC01279  | PRÓPRIO | DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES | M³ | 4,12 | 207,19 | 265,92 | 1.095,59 |
| 2.2 | 97622 | SINAPI | DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_12/2017 | M³ | 1,49 | 36,91 | 47,37 | 70,58 |
| 2.3 | 97633 | SINAPI | DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_12/2017 | M² | 19,10 | 14,64 | 18,79 | 358,88 |
| 2.4 | 97650 | SINAPI | REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_12/2017 | M² | 121,75 | 4,92 | 6,31 | 768,24 |
| 2.5 | 97647 | SINAPI | REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_12/2017 | M² | 184,848 | 2,28 | 2,92 | 539,75 |
| 2.6 | 97645 | SINAPI | REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_12/2017 | M² | 2,80 | 17,53 | 22,49 | 62,97 |
| 2.7 | 97644 | SINAPI | REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_12/2017 | M² | 3,36 | 5,95 | 7,63 | 25,63 |
| 2.8 | 97640 | SINAPI | REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_12/2017 | M² | 24,64 | 1,06 | 1,36 | 33,51 |
| 2.9 | 97663 | SINAPI | REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF\_12/2017 | UND | 2,00 | 8,03 | 10,30 | 20,60 |
| 2.10 | 72897 | SINAPI | CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3 | M³ | 17,61 | 17,19 | 22,06 | 388,47 |
| 2.11 | 97914 | SINAPI | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF\_01/2018 | M3XKM | 176,09 | 1,51 | 1,93 | 339,85 |
| **3** |  |  | **INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS** |  |  |  |  | **20.195,67** |
| 3.1 | 74209/001 | SINAPI | PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO  | M² | 3,12 | 316,88 | 406,71 | 1.268,93 |
| 3.2 | 93208 | SINAPI | EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF\_02/2016 | M² | 12,00 | 451,28 | 579,21 | 6.950,52 |
| 3.3 | 93210 | SINAPI | EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF\_02/2016 | M² | 12,00 | 337,37 | 433,01 | 5.196,12 |
| 3.4 | 73992/001 | SINAPI | LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVÉS DE GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 1,50M, SEM REAPROVEITAMENTO | M² | 52,34 | 7,68 | 9,85 | 515,54 |
| 3.5 | 41598 | SINAPI | ENTRADA PROVISORIA DE ENERGIA ELETRICA AEREA TRIFASICA 40A EM POSTE MADEIRA | UN | 1,00 | 1.339,19 | 1.718,85 | 1.718,85 |
| 3.6 | 74220/001 | SINAPI | TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, E= 6MM, COM PINTURA A CAL E REAPROVEITAMENTO DE 2X | M² | 74,24 | 47,71 | 61,23 | 4.545,71 |
| **4** |  |  | **MOVIMENTO DE TERRA** |  |  |  |  | **22.405,43** |
| 4.1 | 96523 | SINAPI | ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA, COM PREVISÃO DE FÔRMA. AF\_06/2017 | M³ | 8,00 | 64,10 | 100,89 | 807,12 |
| 4.2 | 96527 | SINAPI | ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, COM PREVISÃO DE FÔRMA. AF\_06/2017 | M³ | 2,76 | 84,21 | 84,88 | 234,26 |
| 4.3 | 93382 | SINAPI | REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF\_04/2016 | M³ | 3,20 | 61,12 | 78,44 | 251,00 |
| 4.4 | 94097 | SINAPI | PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF\_06/2016 | M² | 6,60 | 4,11 | 5,27 | 34,78 |
| 4.5 | 94319 | SINAPI | ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF\_05/2016 | M³ | 23,08 | 711,55 | 913,27 | 21.078,27 |
| **5** |  |  | **INFRA-ESTRUTURA** |  |  |  |  | **8.080,28** |
| 5.1 | 96619 | SINAPI | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF\_08/2017 | M³ | 0,67 | 20,84 | 26,74 | 17,91 |
| 5.2 | 5970 | SINAPI | FORMA TABUA PARA CONCRETO EM FUNDACAO, C/ REAPROVEITAMENTO 2X. | M² | 42,88 | 47,40 | 60,83 | 2.608,39 |
| 5.3 | 94965 | SINAPI | CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF\_07/2016 | M³ | 5,14 | 323,94 | 415,77 | 2.137,05 |
| 5.4 | 74157/004 | SINAPI | LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM FUNDACOES | M³ | 5,14 | 93,02 | 119,39 | 613,66 |
| 5.5 | 96543 | SINAPI | ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF\_06/2017(ESTRIBOS PARA TOCO DE PILAR E BALDRAMES) | KG | 33,29 | 11,00 | 14,11 | 469,72 |
| 5.6 | 96544 | SINAPI | ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM (SAPATAS E BALDRAMES) | KG | 127,54 | 9,54 | 12,24 | 1.561,08 |
| 5.7 | 92778 | SINAPI | ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM.( TOCO DE PILAR E BALDRAMES) | KG | 70,49 | 7,44 | 9,54 | 672,47 |
| **6** |  |  | **SUPER-ESTRUTURA** |  |  |  |  | **12.039,12** |
| 6.1 | 92263 | SINAPI | FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF\_12/2015(PILARES E VIGAS) | M² | 59,86 | 88,11 | 113,08 | 6.768,96 |
| 6.2 | 92775 | SINAPI | ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF\_12/2015(ESTRIBOS PARA PILARES E CINTAS) | KG | 69,41 | 11,06 | 14,19 | 984,92 |
| 6.3 | 92778 | SINAPI | ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF\_12/2015 (VIGAS) | KG | 14,52 | 7,44 | 9,54 | 138,52 |
| 6.4 | 92777 | SINAPI | ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF\_12/2015 (VIGAS) | KG | 46,80 | 9,17 | 11,76 | 550,36 |
| 6.5 | 92778 | SINAPI | ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF\_12/2015 ( PILARES E VIGAS) | KG | 119,36 | 7,45 | 9,55 | 1.139,88 |
| 6.6 | 94965 | SINAPI | CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF\_07/2016 | M³ | 4,09 | 323,94 | 415,77 | 1.700,49 |
| 6.7 | 92873 | SINAPI | LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF\_12/2015 | M³ | 4,09 | 144,02 | 184,84 | 755,99 |
| **7** |  |  | **IMPERMEABILIZAÇÃO** |  |  |  |  | **2.167,35** |
| 7.1 | 74106/001 | SINAPI | IMPERMEABILIZACAO DE ESTRUTURAS ENTERRADAS, COM TINTA ASFALTICA, DUAS DEMAOS.( BALDRAMES) | M² | 21,18 | 9,32 | 11,96 | 253,31 |
| 7.2 | 98560 | SINAPI | IMPERMEABILIZAÇÃO DE PISO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 2CM. AF\_06/2018 (CONTRAPISO DA PARTE NOVA) | M² | 46,30 | 32,21 | 41,34 | 1.914,04 |
| **8** |  |  | **ALVENARIA** |  |  |  |  | **13.925,17** |
| 8.1 | 87525 | SINAPI | ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X19X19CM (ESPESSURA 14CM, BLOCO DEITADO) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF\_06/2014 | M² | 82,62 | 95,71 | 122,84 | 10.149,04 |
| 8.2 | 96369 | SINAPI | PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES DUPLAS E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS, COM VÃOS. AF\_06/2017\_P | M² | 15,15 | 163,45 | 209,78 | 3.178,16 |
| 8.3 | 93184 | SINAPI | VERGA PRÉ-MOLDADA PARA PORTAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO. AF\_03/2016 | M | 9,40 | 24,44 | 31,36 | 294,78 |
| 8.4 | 93182 | SINAPI | VERGA PRÉ-MOLDADA PARA JANELAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO. AF\_03/2016 | M | 3,30 | 19,40 | 24,89 | 82,13 |
| 8.5 | 93183 | SINAPI | VERGA PRÉ-MOLDADA PARA JANELAS COM MAIS DE 1,5 M DE VÃO. AF\_03/2016 | M | 2,30 | 24,84 | 31,88 | 73,32 |
| 8.6 | 93194 | SINAPI | CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA PARA VÃOS DE ATÉ 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF\_03/2016 | M | 3,30 | 19,17 | 24,60 | 81,18 |
| 8.7 | 93195 | SINAPI | CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA PARA VÃOS DE MAIS DE 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF\_03/2016 | M | 2,30 | 22,55 | 28,94 | 66,56 |
| **9** |  |  | **COBERTURA** |  |  |  |  | **21.762,70** |
| 9.1 | 94231 | SINAPI | RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF\_06/2016 | M | 23,30 | 24,46 | 31,39 | 731,38 |
| 9.2 | 55960 | SINAPI | IMUNIZACAO DE MADEIRAMENTO PARA COBERTURA UTILIZANDO CUPINICIDA INCOLOR | M² | 187,56 | 4,49 | 5,76 | 1.080,34 |
| 9.3 | 92552 | SINAPI | FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 10 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO. AF\_12/2015 | UN | 3,00 | 1.249,86 | 1.604,19 | 4.812,57 |
| 9.4 | 92541 | SINAPI | TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF\_12/2015 | M² | 121,75 | 37,95 | 48,70 | 5.929,22 |
| 9.5 | 94445 | SINAPI | TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO PLAN, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF\_06/2016 | M² | 187,56 | 38,26 | 49,10 | 9.209,19 |
| **10** |  |  | **ESQUADRIA** |  |  |  |  | **11.628,63** |
| 10.1 | 90849 | SINAPI | KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, SEM FECHADURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_08/2015 | UN | 9,00 | 595,44 | 764,24 | 6.878,16 |
| 10.2 | 94560 | SINAPI | JANELA DE AÇO DE CORRER, 2 FOLHAS, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA, COM VIDROS, PADRONIZADA. AF\_07/2016 | M² | 4,90 | 357,17 | 458,42 | 2.246,25 |
| 10.3 | SDC01029 | PRÓPRIO | PORTA DE VIDRO TEMPERADO, 1,00X2,10M, ESPESSURA 10MM, INCLUSIVE ACESSORIOS | UN | 1,00 | 1.951,09 | 2.504,22 | 2.504,22 |
| **11** |  |  | **REVESTIMENTO**  |  |  |  |  | **13.304,32** |
| 11.1 | 87904 | SINAPI | CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF\_06/2014 | M² | 183,45 | 6,23 | 7,99 | 1.465,76 |
| 11.2 | 87775 | SINAPI | EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF\_06/2014 | M² | 183,45 | 37,20 | 47,74 | 8.757,90 |
| 11.3 | 87273 | SINAPI | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF\_06/2014 | M² | 48,66 | 49,33 | 63,31 | 3.080,66 |
| **12** |  |  | **PISO** |  |  |  |  | **4.104,98** |
| 12.1 | **85662** | SINAPI | ARMACAO EM TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA Q-92, ACO CA-60, 4,2MM, MALHA 15X15CM | M² | 59,83 | 10,38 | 13,32 | 796,93 |
| 12.2 | 87373 | SINAPI | ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA) PARA CONTRAPISO, PREPARO MANUAL. AF\_06/2014 | M³ | 1,79 | 479,65 | 615,63 | 1.101,97 |
| 12.3 | 87251 | SINAPI | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF\_06/2014 | M² | 53,76 | 26,04 | 33,42 | 1.796,65 |
| 12.4 | 88649 | SINAPI | RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45CM. AF\_06/2014 | M | 70,96 | 4,50 | 5,77 | 409,43 |
| **13** |  |  | **FORRO** |  |  |  |  | **5.237,24** |
| 13.1 | 96116 | SINAPI | FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF\_05/2017\_P | M² | 83,82 | 43,48 | 55,80 | 4.677,15 |
| 13.2 | 96121 | SINAPI | ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM PERFIL METÁLICO E PLÁSTICO). AF\_05/2017 | M | 62,58 | 6,98 | 8,95 | 560,09 |
| **14** |  |  | **PINTURA** |  |  |  |  | **16.717,48** |
| 14.1 | 88485 | SINAPI | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF\_06/2014 | M2 | 525,24 | 1,56 | 2,00 | 1.050,48 |
| 14.2 | 88489 | SINAPI | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF\_06/2014 | M2 | 525,24 | 9,73 | 12,48 | 6.554,99 |
| 14.3 | 88497 | SINAPI | APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF\_06/2014 | M2 | 524,24 | 9,61 | 12,33 | 6.463,87 |
| 14.4 | 74065/001 | SINAPI | PINTURA ESMALTE FOSCO PARA MADEIRA, DUAS DEMAOS, SOBRE FUNDO NIVELADOR BRANCO | M2 | 60,48 | 19,03 | 24,42 | 1.476,92 |
| 14.5 | 84657 | SINAPI | FUNDO SINTETICO NIVELADOR BRANCO | M2 | 60,48 | 7,44 | 9,54 | 576,97 |
| 14.6 | 73924/003 | SINAPI | PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA | M2 | 21,72 | 21,32 | 27,36 | 594,25 |
| **15** |  |  | **SERVIÇOS COMPLEMENTARES** |  |  |  |  | **2.653,66** |
| 15.1 | 94994 | SINAPI | EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF\_07/2016 | M2 | 31,15 | 66,38 | 85,19 | 2.653,66 |
| **16** |  |  | **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICA** |  |  |  |  | **33.073,56** |
| 16.1 |  |  | **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS** |  |  |  |  | **22.339,19** |
| 16.1.1 | 91992 | SINAPI | TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 7,00 | 26,24 | 33,67 | 235,69 |
| 16.1.2 | 91996 | SINAPI | TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 5,00 | 20,20 | 25,92 | 129,60 |
| 16.1.3 | 92000 | SINAPI | TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 44,00 | 17,85 | 22,91 | 1.008,04 |
| 16.1.4 | 92867 | SINAPI | CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 7,00 | 18,43 | 23,65 | 165,55 |
| 16.1.5 | 92868 | SINAPI | CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 5,00 | 9,68 | 12,42 | 62,10 |
| 16.1.6 | 92869 | SINAPI | CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 44,00 | 6,40 | 8,21 | 361,24 |
| 16.1.7 | 97585 | SINAPI | LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES DE 18 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_11/2017 | UN | 35,00 | 53,39 | 68,52 | 2.398,20 |
| 16.1.8 | 97592 | SINAPI | LUMINÁRIA TIPO PLAFON, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_11/2017 | UN | 3,00 | 86,90 | 111,53 | 334,59 |
| 16.1.9 | 91959 | SINAPI | INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 4,00 | 26,74 | 34,32 | 137,28 |
| 16.1.10 | 91939 | SINAPI | CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 7,00 | 18,72 | 24,02 | 168,14 |
| 16.1.11 | 93662 | SINAPI | DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_04/2016 | UN | 4,00 | 41,90 | 53,77 | 215,08 |
| 16.1.12 | 93655 | SINAPI | DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_04/2016 | UN | 7,00 | 9,11 | 11,69 | 81,83 |
| 16.1.13 | 93664 | SINAPI | DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_04/2016 | UN | 2,00 | 43,74 | 56,14 | 112,28 |
| 16.1.14 | 91953 | SINAPI | INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 6,00 | 16,91 | 21,70 | 130,20 |
| 16.1.15 | SDC03256 | PRÓPRIO | INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS) COM INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 2,00 | 36,12 | 46,36 | 92,72 |
| 16.1.16 | 74131/008 | SINAPI | QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METALICA, PARA 50 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALACAO | UN | 2,00 | 1167,26 | 1.498,17 | 2.996,34 |
| 16.1.17 | 93663 | SINAPI | DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_04/2016 | UN | 1,00 | 41,90 | 53,77 | 53,77 |
| 16.1.18 | 93656 | SINAPI | DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_04/2016 | UN | 1,00 | 9,11 | 11,69 | 11,69 |
| 16.1.19 | 91959 | SINAPI | INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 3,00 | 26,74 | 34,32 | 102,96 |
| 16.1.20 | 91954 | SINAPI | INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 2,00 | 15,80 | 20,27 | 40,54 |
| 16.1.21 | 91953 | SINAPI | INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 7,00 | 16,91 | 21,70 | 151,90 |
| 16.1.22 | SDC03096 | PRÓPRIO | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 63 A | UN | 2,00 | 170,78 | 219,19 | 438,38 |
| 16.1.23 | SES0013 | PRÓPRIO | DISJUNTOR RESIDUAL TRIFÁSICO DR 63 | UN | 1,00 | 178,29 | 228,83 | 228,83 |
| 16.1.24 | SDC03139 | PRÓPRIO | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTETOR DE SURTO (DPS) 175V - 45KA EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO. | UN | 3,00 | 233,55 | 299,76 | 899,28 |
| 16.1.25 | 91928 | SINAPI | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | M | 275,00 | 3,88 | 4,97 | 1.366,75 |
| 16.1.26 | 91926 | SINAPI | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | M | 2.500,00 | 2,42 | 3,10 | 7.750,00 |
| 16.1.27 | 91930 | SINAPI | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | M | 27,00 | 5,30 | 6,80 | 183,60 |
| 16.1.28 | 91936 | SINAPI | CAIXA OCTOGONAL 4" X 4", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 4,00 | 8,88 | 11,39 | 45,56 |
| 16.1.29 | 91844 | SINAPI | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | M | 120,00 | 4,05 | 5,19 | 622,80 |
| 16.1.30 | 91854 | SINAPI | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | M | 140,00 | 5,77 | 7,40 | 1.036,00 |
| 16.1.31 | SDC03198 | PRÓPRIO | DUTO CORRUGADO EM PEAD POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, PARA PROTEÇÃO DE CABOS SUBTERRÂNEOS Ø2" 50MM | M | 25,00 | 24,26 | 31,13 | 778,25 |
| 16.2 |  |  | **INSTALAÇÕES DE LÓGICA** |  |  |  |  | **10.734,37** |
| 16.2.1 | 91846 | SINAPI | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | M | 35,00 | 5,60 | 7,18 | 251,30 |
| 16.2.2 | SDC03314 | PRÓPRIO | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 40 MM (1 1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | M | 19,00 | 8,04 | 10,31 | 195,89 |
| 16.2.3 | SDC703171 | PRÓPRIO | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 50 MM (2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | M | 2,00 | 10,13 | 13,00 | 26,00 |
| 16.2.4 | SES0045 | PRÓPRIO | RACK DE PAREDE 12U - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 1,00 | 472,06 | 605,88 | 605,88 |
| 16.2.5 | SDC03117 | PRÓPRIO | SWITCH 48P 10/100/1000 + 4P SFP C/ GER. | UN | 1,00 | 3022,54 | 3.879,43 | 3.879,43 |
| 16.2.6 | SDC03037 | PRÓPRIO | PATCH PANEL 48P - CAT.06 | UN | 1,00 | 1714,61 | 2.200,70 | 2.200,70 |
| 16.2.7 | SDC03095 | PRÓPRIO | PATCH CORD - CAT.06 - 1,5M | UN | 26,00 | 31,73 | 40,72 | 1.058,72 |
| 16.2.8 | SDC03269 | PRÓPRIO | TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), RJ 45, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 13,00 | 40,35 | 51,78 | 673,14 |
| 16.2.9 | SDC03231 | PRÓPRIO | CABO UTP CAT. 6 (USO INTERNO) - FORNECIMENTO E INSTALACAO | M | 324,00 | 3,72 | 4,77 | 1.545,48 |
| 16.2.10 | 92000 | SINAPI | TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2015 | UN | 13,00 | 17,85 | 22,91 | 297,83 |
| **17** |  |  | **INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS** |  |  |  |  | **3.203,45** |
| **17.1** |  |  | **INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS** |  |  |  |  | **723,66** |
| 17.1.1 | 89538 | SINAPI | ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4”, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2014 | UN | 8,00 | 2,86 | 3,67 | 29,36 |
| 17.1.2 | 89492 | SINAPI |  JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2014 | UN | 4,00 | 4,78 | 6,13 | 24,52 |
| 17.1.3 | 89481 | SINAPI | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2014 | UN | 7,00 | 3,20 | 4,10 | 28,70 |
| 17.1.4 | SDC02027 | PRÓPRIO | JOELHO 90° DE REDUÇÃO SOLDÁVEL DE PVC MARROM Ø 32 X 25 MM | UN | 2,00 | 8,92 | 11,44 | 22,88 |
| 17.1.5 | 89534 | SINAPI | LUVA SOLDÁVEL E COM ROSCA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4”, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2014 | UN | 2,00 | 3,07 | 3,94 | 7,88 |
| 17.1.6 | 89356 | SINAPI | TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2014 | M | 15,00 | 14,99 | 19,23 | 288,45 |
| 17.1.7 | 89447 | SINAPI | TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2014 | M | 15,00 | 7,15 | 9,17 | 137,55 |
| 17.1.8 | 89617 | SINAPI | TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2014 | UN | 7,00 | 4,61 | 5,91 | 41,37 |
| 17.1.9 | 89620 | SINAPI | TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2014 | UN | 3,00 | 7,02 | 9,01 | 27,03 |
| 17.1.10 | 90373 | SINAPI | JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2” INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2014 | UN | 9,00 | 10,04 | 12,88 | 115,92 |
| **17.2** |  |  | **INSTALAÇÕES SANITÁRIAS** |  |  |  |  | **2.479,79** |
| 17.2.1 | 74166/001 | SINAPI | CAIXA DE INSPECAO EM ANEL DE CONCRETO PRE MOLDADO, COM 950MM DE ALTURA TOTAL. ANEIS COM ESP=50MM, DIAM.=600MM. EXCLUSIVE TAMPAO E ESCAVACAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO | UN | 1,00 | 292,29 | 375,15 | 375,15 |
| 17.2.2 | 98110 | SINAPI | CAIXA DE GORDURA PEQUENA (CAPACIDADE: 19 L), CIRCULAR, EM PVC, DIÂMETRO INTERNO= 0,3 M. AF\_05/2018 | UN | 1,00 | 335,85 | 431,06 | 431,06 |
| 17.2.3 | SDC02004 | PRÓPRIO |  CAIXA SIFONADA DE PVC COM GRELHA BRANCA, 150 X 150 X 50 MM | UN | 5,00 | 38,81 | 49,81 | 249,05 |
| 17.2.4 | 89748 | SINAPI | CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | UN | 2,00 | 25,22 | 32,36 | 64,72 |
| 17.2.5 | 89733 | SINAPI | CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | UN | 2,00 | 12,37 | 15,87 | 31,74 |
| 17.2.6 | 89728 | SINAPI | CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | UN | 2,00 | 7,29 | 9,35 | 18,70 |
| 17.2.7 | 89746 | SINAPI | JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | UN | 3,00 | 17,03 | 21,85 | 65,55 |
| 17.2.8 | 89732 | SINAPI | JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | UN | 5,00 | 8,04 | 10,31 | 51,55 |
| 17.2.9 | 89726 | SINAPI | JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | UN | 2,00 | 6,29 | 8,07 | 16,14 |
| 17.2.10 | 89731 | SINAPI | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | UN | 4,00 | 7,49 | 9,61 | 38,44 |
| 17.2.11 | SDC02127 | PRÓPRIO | JOELHO PVC, COM BOLSA E ANEL, 90 GRAUS, DN 40 X \*38\* MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL | UN | 2,00 | 7,52 | 9,65 | 19,30 |
| 17.2.12 | SDC02293 | PRÓPRIO | JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO | UN | 2,00 | 26,07 | 33,46 | 66,92 |
| 17.2.13 | 89797 | SINAPI | JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | UN | 1,00 | 32,35 | 41,52 | 41,52 |
| 17.2.14 | 89778 | SINAPI | LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | UN | 4,00 | 13,19 | 16,92 | 67,68 |
| 17.2.15 | 89753 | SINAPI | LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | UN | 2,00 | 6,33 | 8,12 | 16,24 |
| 17.2.16 | SDC02008 | PRÓPRIO | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TERMINAL DE VENTILAÇÃO, SÉRIE NORMAL, DN 50MM | UN | 2,00 | 7,83 | 10,04 | 20,08 |
| 17.2.17 | 89714 | SINAPI | TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | M | 11,00 | 36,19 | 46,44 | 510,84 |
| 17.2.18 | 89712 | SINAPI | TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | M | 13,00 | 18,66 | 23,95 | 311,35 |
| 17.2.19 | 89711 | SINAPI | TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014 | M | 3,00 | 12,69 | 16,28 | 48,84 |
| 17.2.20 | 89784 | SINAPI | TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF\_12/2014  | UN | 2,00 | 13,61 | 17,46 | 34,92 |
| **18** |  |  | **LOUÇAS E METAIS** |  |  |  |  | **4.258,95** |
| 18.1 | 86915 | SINAPI | TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2013 | UN | 2,00 | 88,15 | 113,14 | 226,28 |
| 18.2 | SDC02033 | PRÓPRIO | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DUCHA HIGIENICA PLÁSTICA COM REGISTRO METÁLICO 1/2" | UN | 2,00 | 86,57 | 111,11 | 222,22 |
| 18.3 | 9535 | SINAPI | CHUVEIRO ELETRICO COMUM CORPO PLASTICO TIPO DUCHA, FORNECIMENTO E INSTALACAO | UN | 2,00 | 69,41 | 89,08 | 178,16 |
| 18.4 | 86912 | SINAPI | TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2013 | UN | 1,00 | 44,12 | 56,62 | 56,62 |
| 18.5 | 86931 | SINAPI | VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2013 | UN | 2,00 | 353,98 | 454,33 | 908,66 |
| 18.6 | 89987 | SINAPI | REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS. FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF\_12/2014 | UN | 3,00 | 37,20 | 47,74 | 143,22 |
| 18.7 | 89985 | SINAPI | REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS. FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF\_12/2014 | UN | 2,00 | 35,58 | 45,66 | 91,32 |
| 18.8 | SDC02048 | PRÓPRIO | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ASSENTO PLASTICO BRANCO PARA VASO SANITARIO, PADRÃO POPULAR | UN | 2,00 | 24,41 | 31,33 | 62,66 |
| 18.9 | 93441 | SINAPI | BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO 150 X 60 CM, COM CUBA DE EMBUTIR DE AÇO INOXIDÁVEL MÉDIA, VÁLVULA AMERICANA EM METAL CROMADO, SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, ENGATE FLEXÍVEL 30 CM, TORNEIRA CROMADA LONGA DE PAREDE, 1/2 OU 3/4, PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO POPULAR- FORNEC. E INSTAL. AF\_12/2013 | UN | 1,00 | 831,05 | 1.066,65 | 1.066,65 |
| 18.10 | 86941 | SINAPI | LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 45 X 55CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO MÉDIO, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL DE 40CM EM METAL CROMADO, COM TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF\_12/2013 | UN | 2,00 | 507,66 | 651,58 | 1.303,16 |
| **19** |  |  | **LIMPEZA DE OBRA** |  |  |  |  | **1.264,29** |
| 19.1 | 9537 | SINAPI | LIMPEZA FINAL DA OBRA | M² | 200,26 | 2,13 | 2,73 | 546,70 |
| 19.2 | 73948/008 | SINAPI | LIMPEZA VIDRO COMUM | M² | 21,72 | 10,32 | 13,24 | 287,57 |
| 19.3 | 72897 | SINAPI | CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3 | M³ | 18,00 | 18,62 | 23,89 | 430,02 |
| **TOTAL GERAL** | **R$ 215.454,27** |

MODELO 03 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO



MODELO 04 - COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESA INDIRETAS)

|  |
| --- |
| **COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÕES E DESPESA INDIRETAS)** |
| **ITENS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL** | **% SOBRE PV** |
| AC - Administração Central | 4,00% de PV | 4,00% |
| DF - Custos Financeiros | CF do (PV-Lucro Operacional) | 1,23% |
| C - Riscos | 1,25% de PV | 1,27% |
| S + G - Seguros e Garantias | 2,50% a.a. sobre 5,00% do PV | 0,80% |
|   | **Sub-total** | **7,30%** |
|   |  |  |
| **LUCRO** | **% SOBRE PV** |
| E - Lucro Operacional |  | 7,40% |
|   | **Sub-total** | **7,40%** |
|   |  |   |
| **BDI SEM IMPOSTOS** | **14,13%** |
| **TAXAS E IMPOSTOS** | **% SOBRE PV** |
| F - PIS |  | 0,65% |
| G - COFINS |  | 3,00% |
| **H - ISSQN** |  | **2,00%** |
| Contribuição Previdenciária - Lei N° 13.161/15 | 4,50% |
|   | **Sub-total** | **10,15%** |
|   |  |   |
| **BDI COM IMPOSTOS** |  | **28,35%** |
| Custo Direto - CD |  | 80,22% |
| BDI Final com impostos |  | 100,00% |
| Preço de Venda - PV |   | 28,35% |
|   |  |   |
|   |  |   |
| ***Legenda:*** |
| ***PV*** *= Preço de Venda* | *IA = Inflação Acumulada (período de 12 meses - IPCA) = 4,84%* |
| *CD = Custo Direto* | *CF = ((1 + Selic)¹/¹² x ((1+IA)¹/¹² -1)* |   |
| *Selic Fev/2014 = 10,52%* | *Seguros e Garantias (2,5% a.a. sobre 5% do PV) - Prazo médio de 1 ano* |
|   | *Lucro Operacional conforme Portaria SINFRA n°. 343/05 de 07 de junho de 2005.* |
|  |  |   |
| ***Localidade / alíquota ISSQN*** | ***Para Mão de Obra*** |  |
| *Alíquota de Cuiabá= 5,0%* | 40% sobre alíquota |   |

MODELO 05 - ENCARGOS SOCIAIS

|  |
| --- |
| **ESCALA SALARIAL DE MÃO-DE-OBRA**  |
| **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **COM DESONERAÇÃO** |
| **HORISTA (%)** | **MENSALISTA (%)** |
| **GRUPO A** |
| A1 | INSS | 0,00% | 0,00% |
| A2 | SESI | 1,50% | 1,50% |
| A3 | SENAI | 1,00% | 1,00% |
| A4 | INCRA | 0,20% | 0,20% |
| A5 | SEBRAE | 0,60% | 0,60% |
| A6 | Salario Educação | 2,50% | 2,50% |
| A7 | Seguro Contra Acidentes de Trabalho | 3,00% | 3,00% |
| A8 | FGTS | 8,00% | 8,00% |
| A9 | SECONCI | 0,00% | 0,00% |
| **A** | **Total** | **16,80%** | **16,80%** |
| **GRUPO B** |
| B1 | Repouso Semanal Remunerado | 17,77% | Não incide |
| B2 | Feriados | 3,67% | Não incide |
| B3 | Auxilio - Enfermidade | 0,92% | 0,70% |
| B4 | 13º Salario | 11,03% | 8,33% |
| B5 | Licença Paternidade | 0,07% | 0,05% |
| B6 | Faltas Justificadas | 0,74% | 0,56% |
| B7 | Dias de chuvas | 1,10% | Não incide |
| B8 | Auxílio Acidente de Trabalho | 0,11% | 0,08% |
| B9 | Férias Gozadas | 13,20% | 9,97% |
| B10 | Salário Maternidade | 0,03% | 0,02% |
| **B** | **Total** | **48,64%** | **19,71%** |
| **GRUPO C** |
| C1 | Aviso Prévio Indenizado | 7,94% | 6,00% |
| C2 | Aviso Prévio Trabalhado | 0,19% | 0,14% |
| C3 | Férias Indenizadas | 0,89% | 0,67% |
| C4 | Depósito Rescisão Sem Justa Causa | 4,83% | 3,65% |
| C5 | Indenização Adicional | 0,67% | 0,50% |
| **C** | **Total** | **14,52%** | **10,96%** |
| **GRUPO D** |
| D1 | Reincidência de Grupo A Sobre Grupo B | 8,17% | 3,31% |
| D2 | Reincidência de Grupo A Sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS Sobre Aviso Prévio Indenizado | 0,67% | 0,50% |
| **D** | **Total** | **8,84%** | **3,81%** |
| **TOTAL (A+B+C+D)** | **88,80%** | **51,28%** |

MODELO 06 - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇOS

|  |
| --- |
| **CADERNO DE COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Referência: | XXXXXXXXXXXX |  |  |  |  |
| Abrangência: | Mato Grosso |  |  | Localidade: | Cuiabá |  |
|   |   |   |   |   |   |   |   |
| **CÓDIGO DA COMPOSIÇÃO** | **DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO** | **UND** |
| XXX00000 | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | Xxx |
| Criada em: XX/20XX | Última revisão: | XX/XX/20XX | Revisador por: Eng XXXXXXXX |
| **TIPO DO ÍTEM** | **TABELA** | **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **UND** | **COEFICIENTE** | **CUSTO UNT.** | **CUSTO TOTAL** |
| XXXXXX | XXXX | XXXXX | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | X |  X,XX  |  XX,XX  |  XXXXX  |
| XXXXXX | XXXX | XXXXX | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | X |  X,XX  |  XX,XX  |  XXXXX  |
| XXXXXX | XXXX | XXXXX | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | X |  X,XX  |  XX,XX  |  XXXXX  |
| XXXXXX | XXXX | XXXXX | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | X |  X,XX  |  XX,XX  |  XXXXX  |
| XXXXXX | XXXX | XXXXX | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | X |  X,XX  |  XX,XX  |  XXXXX  |
| **TOTAL DO ITEM** |  **XXX**  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CÓDIGO DA COMPOSIÇÃO** | **RESUMO DE COTAÇÃO** | **UND** |
| XXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX |
|   |   |  |  |   |
| **MÊS DA COTAÇÃO** | **ITEM** | **EMPRESA** | **UND** | **PREÇO** |
| XX/XXXX | 01 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX |  XX,XX  |
| XX/XXXX | 02 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX |  XX,XX  |
| XX/XXXX | 03 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX |  XX,XX  |
| **MÉDIA** |  **XXXXXX**  |
| **PREÇO UNITÁRIO**  |  **XXXXXX**  |

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_\_ /2019 – SES/MT**

**Tipo: MENOR PREÇO**

**Critério de Julgamento: LOTE ÚNICO**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SES**

**Licitante: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_C.N.P.J \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** **Inscrição Estadual:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Tel Fax: (\_\_)\_\_\_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Tel. (\_\_)\_\_\_\_\_\_\_\_ Celular: (\_\_)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Conta Corrente: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |
| --- | --- |
| **OBRA** | XXXXXXXXXXX |
| **Município** | xxxxxx -xx |  | **BDI:** | xx,xx% |  |  | **Referência/ Fonte** |
| **Endereço** | xxxxxxxxxxxxxx, xx, xxxxx |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** |
| **ITEM** | **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **UND** | **QNT** | **P. BASE** | **P. UNT** | **P. TOTAL** |
| **XXXXXXXXXXXXX** |
| **1.0** |  | **XXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  |  |
| 1.1 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx |  xx.xxx,xx  | xx.xxx,xx  |  xxx.xxx,xx |
|  |  | **TOTAL DO ITEM** |  |  |  |  |  xxx.xxx,xx |
| **2.0** |  | **XXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  |  |
| 2.1 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx |  xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
| 2.2 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
| 2.3 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
| 2.4 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
|  |  |  |  |  |
|  |  | **TOTAL DO ITEM** |  |  |  |  | xx.xxx,xx |
|  |  |  **XXXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  | xxx.xxx,xx |
| **XXXXXXXXXXXXX** |
| **3.0** |  | **XXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  |  |
| 3.1 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx |  xx.xxx,xx  | xx.xxx,xx  |  xxx.xxx,xx |
| 3.2 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx |  xx.xxx,xx  | xx.xxx,xx  |  xxx.xxx,xx |
|  |  | **TOTAL DO ITEM** |  |  |  |  |  xxx.xxx,xx |
| **4.0** |  | **XXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  |  |
| 4.1 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx |  xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
| 4.2 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
| 4.3 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
|  |  | **TOTAL DO ITEM** |  |  |  |  | xx.xxx,xx |
|  |  |  **XXXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  | xxx.xxx,xx |
|  |  |  **PREÇO GLOBAL** |  |  |  |  | **x.xxx.xxx,xx** |
|  |  |  *Preço Global por extenso.* |  |  |  |  |  |

(LOCAL E DATA).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)**

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

* **A LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR NA INTEGRA AS EXIGÊNCIAS DA SEÇÃO 11 DO EDITAL, sob pena de desclassificação**.
* A proposta deverá conter todo e qualquer custo que se fizer necessário para a execução dos serviços/obra (mobilização e desmobilização, locações de equipamentos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, horas-extras, recomposição das áreas danificadas na execução dos serviços, limpeza durante a execução dos serviços, limpeza final, remoção do material excedente, encargos sociais, BDI, equipamentos de proteção individual e coletivo, alimentação e transporte, guarda etc.).
* Apresentar (modelo 01 ao 06 do edital), os seguintes itens:
* Quadro Resumo de Preços,
* Planilha Orçamentária sintética;
* Cronograma físico financeiro;
* Planilha de composição da parcela de BDI;
* Planilha de Leis Sociais
* Composição analítica de preços
* Valor total da Proposta: R$ \*\*\* (valor por extenso).
* Validade da proposta; 90 (noventa) dias.
* Do Local e do Prazo: (conforme item 8 do plano de trabalho - anexo I deste Edital)
* **Obs.: A empresa licitante deverá observar o Convênio ICMS 087/2002, caso o serviço se enquadre nesse Convênio deverá preencher sua proposta discriminando os valores com cálculo da alíquota do ICMS.**

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CARIMBO/ASSINATURA E**

**NOME POR EXTENSO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE/MT**

REF.: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº ---/2019

TIPO MENOR PREÇO

Indicamos o(a) Sr.(a)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF/MF Nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS DE PREÇOS**, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

**Informações Importantes:**

CNPJ/MF nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome de Fantasia: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

Atenciosamente,

**Assinatura do representante legal sob carimbo**

**RG:**

**CPF/MF:**

**CNPJ/MF da empresa**

**OBS.: Deverá ser reconhecida a firma em caso de representação por meio de procuração/credenciamento particular.**

ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Timbre/logomarca da Pessoa Jurídica Emitente)

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Inscrição Estadual Nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ estabelecida na rua e/ou avenida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_\_\_, Telefone:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, atesta para os devidos fins que a Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, executa/executou o objeto desta licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;
2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;
3. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica

 emitente deste atestado e sua assinatura

**RG e CFP/MF**

ANEXO V - MODELO DA DECLARAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**A**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SES**

**Ref: EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. \_\_\_/2019**

**TIPO: MENOR PREÇO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (Nome da Empresa) CNPJ Nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Município/Estado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da presente licitação, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

* Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93;
* Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, não empregamos menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, do artigo 27 da lei 8.666/93.
* Não possui em seu quadro de pessoal, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
* Que não se encontra apenada com suspensão ou impedimento de contratar com a Administração, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93, nem declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do mesmo dispositivo legal, bem como que irá comunicar qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.
* Declara que não se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
* Declaração de que possui materiais, equipamentos e profissionais necessários para imediata realização dos serviços/obra, inclusive, profissional(ais) de nível superior registrado(s) no CREA/CAU, detentor(es) de atestado(s) ou certidão(ões) de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação.
* Declara que foram examinados cuidadosamente o Edital e seus anexos, e nos inteiramos de todos os seus detalhes e com eles concordamos, bem como todas as dúvidas e/ou questionamentos formulados foram devidamente esclarecidos. Estamos cientes e aceitamos todas as condições do Edital de Licitação e a elas desde já nos submetemos.
* Declara que, se for vencedora do certame antes da assinatura do contrato apresentará Certidão de Registro ou inscrição da empresa, no Conselho Regional Engenharia, e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU do local da sede do licitante com o visto da seção local, em caso de proponente estabelecido em outro Estado.
* Declaração de disponibilidade de equipe técnica responsável - **Se declarada vencedora**, a licitante **deverá** apresentar no prazo de **até 05 (cinco) dias uteis** a relação nominal da equipe técnica de nível superior que será alocada nos serviços/obra e ainda atestado(s) relativo(s) aos serviços de engenharia emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito publico ou privado, obrigatoriamente pelos contratantes titulares das obras, deverão estar acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico - CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(s)/CAU(s) da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s). No(s) atestado(s) devera(ão) estar contemplados os seguintes serviços de características semelhantes aos do objeto licitado, como descritos abaixo:
1. ***Profissional Engenheiro Civil / Arquiteto:***
* *Execução de edificação civil;*
* *Execução de instalações elétricas de baixa tensão;*
* *Execução de cobertura em estrutura de madeira e telha cerâmica;*
* *Execução de pintura em paredes*
* Que não se encontra em nenhum das situações previstas no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

**Obs.:** No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, nesta declaração.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Assinatura do representante legal sob carimbo**

**RG:**

**CPF/MF:**

**CNPJ/MF da empresa**

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

**OBJETO:** *Contratação de empresa especializada em serviço de obra de engenharia para execução de reforma, com fornecimento de material, mão-de-obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita realização dos serviços no Complexo Regulador de Cáceres-MT*.

Declaro para fins de participação na TOMADA DE PREÇOS N.º \*\*\*/2019/SES, que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada na\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vistoriou as áreas onde serão executados os serviços \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, de maneira que tomou pleno conhecimento de suas instalações (condições físicas) e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro, constatando as peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não cabendo posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento ou solicitação de acréscimo no preço por falta de informação.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

RESPONSÁVEL DA CONTRATANTE

MATRÍCULA RG e CPF

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA COM CNPJ

Carimbo e assinatura do Responsável legal

RG e CPF

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO VIi – DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

**OBJETO:** *Contratação de empresa especializada em serviço de obra de engenharia para execução de reforma, com fornecimento de material, mão-de-obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita realização dos serviços no Complexo Regulador de Cáceres-MT*.

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA,** para efeito legais, que tem conhecimento de todas as condições do projeto executivo, referente a TOMADA DE PREÇOS N.º \*\*\*/2019/SES, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde, e que faz a opção de se abster da visita, mas que conhecemos todos os trabalhos a serem realizados, as condições estruturais existentes, os documentos e exigências inerente a execução do objeto, assumindo todos os riscos inerentes do não conhecimento das reais condições da obra/serviços, e, no caso de ser declarada vencedora que tem totais condições de realizar/executar os serviços ora pretendidos, sem prejuízo algum na sua efetiva execução.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA COM CNPJ**

Carimbo e assinatura do Responsável legal

RG e CPF

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO ViII - MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO N°. \_\_\_/2019**

**ORIGEM: TOMADA DE PREÇOS N°. 001/2019**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 536300/2018**

**O ESTADO DE MATO GROSSO** por meio da **SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE,** com sede no Centro Político Administrativo, bloco 05, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ sob n. 04.441.389/0001-61, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Saúde **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, denominada **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa (RAZÃO SOCIAL)**,** com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representado por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Cédula de Identidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, denominada **CONTRATADA.** Considerando os documentos que instruem o processo administrativo **536300/2018**,procedimento licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº \_\_\_/2019**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, que será regido pela Lei n.º 8.666/1993, Decretos Estaduais: n° 840/2017, n° 7.218/2006, e nº 8.199/2006, Lei Complementar nº 10.442/2016, n° 123/2006, nº 605/2018, Lei nº 5.764, de 1971 e da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e suas alterações, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
	1. O presente contrato tem como objeto a ***“contratação de empresa especializada em serviço de obra de engenharia para execução de reforma, com fornecimento de material, mão-de-obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita realização dos serviços no Complexo Regulador de Cáceres-MT”***.
2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO
	1. A lavratura do presente contrato decorre da realização da **TOMADA DE PREÇOS Nº ---/2019**, realizado com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e demais normas Federais, Estaduais pertinentes ao caso.
		1. A Tomada de Preço nº 001/2019 obedeceu ao tipo **MENOR PREÇO**, conforme artigos 22, inciso II e §2º, e 45, §1º, Inciso I, da Lei 8.666/1993, cujo regime de execução foi a **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”**, conforme disposto no art. 6º, inciso VIII, alínea “b”, cumulado com o art. 10, inciso II, alínea “b” ambos da mesma Lei.
3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO
	1. Constituem partes integrantes deste contrato, estando a ele vinculado, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:
* Proposta de Preço da vencedora;
* Projeto básico/plano de trabalho n° 011/2018/GBSAAQ/SUPO/SES
* Edital do Tomada de Preços n°. 001/2019 e seus Anexos.
	1. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.
1. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DO LOCAL DE EXECUÇÃO.
	1. Após a celebração do contrato, a Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e retirar a ordem de serviço, **no prazo de** **até 10 (dez) dias uteis,** contados do recebimento da convocação formal.
	2. O período de vigência do contrato **será de 180 (cento e oitenta) dias** corridos, tendo início em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ e término em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_, conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos, sua duração poderá ser prorrogada, condicionada a verificação da real necessidade e vantagem para a Administração na continuidade do contrato nos termos do Art. 57 da lei 8.666/93.
	3. O prazo para o início dos serviços/obras será de **até 15 (quinze) dias** corridos contados a partir da data de retirada da Ordem de Serviço a ser emitida pela Superintendência de Obras, Reformas e Manutenção da Secretaria de Estado de Saúde - SES e deverá ser entregue no prazo de **até 90 (noventa) dias** respeitando o cronograma e demais parâmetros necessários a execução do objeto.
		1. Não caberá qualquer prorrogação de prazo de execução em decorrência de rejeição, por parte da CONTRATANTE, de etapas dos serviços que estejam em desacordo com o projeto executivo e/ou especificações, sem ônus para Administração.
	4. O local para a realização da reforma será no Complexo Regulador de Cáceres localizado na Avenida 07 de Setembro, nº 978 – Cidade Alta, CEP 78.200-000, Cáceres/MT.
	5. O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior a 5 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra, a ser emitido por servidor ou comissão designada pelo Secretário de Estado de Saúde, ou por quem lhe vier exercer tal atribuição por delegação legal. Conforme Termo de Garantia, anexo - G deste instrumento.
	6. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.
	7. A divulgação do extrato do contrato ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado no endereço eletrônico <https://www.iomat.mt.gov.br/>.
2. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DO CONTRATO
	1. Após assinatura deste CONTRATO, visando garantia de seu fiel cumprimento e adimplemento das obrigações decorrentes, a CONTRATADA, sob pena de decair do direito à contratação, deverá recolher a titulo de GARANTIA DO CONTRATO a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor a ser contratado, no prazo de até **15 (quinze) dias corridos**, por uma das seguintes modalidades de garantia:
3. Títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
4. Caução em dinheiro, mediante depósito bancário no Banco do Brasil.
5. Seguro-garantia
6. Fiança Bancária, prestada com renúncia expressa pelo fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro.
	1. No caso de caução em dinheiro, depois de efetivado o depósito proceder-se da seguinte forma:
		1. Será emitido “*Termo de Depósito*”, em duas vias, pela SES, no qual constará valor, data, e número de identificação do depósito bancário realizado, e uma das vias deverá integrar o CONTRATO.
		2. Os valores depositados em favor da CONTRATANTE, a título de caução em dinheiro, deverão ser aplicados em conta bancária remunerada de Instituição Oficial que garanta a atualização monetária das quantias depositadas, para fins de posterior devolução da GARANTIA DO CONTRATO, nos termos deste contrato.
		3. A caução em dinheiro, também poderá ser realizada por depósito em instituição financeira oficial, aprovada pela CONTRATANTE, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CONTRATANTE.
	2. No caso de Títulos da Dívida Pública, deverá ser também apresentado “*Laudo de Avaliação*” da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no qual devam constar as informações sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate do respectivo Título; como também de “*Escritura Pública de Transferência*” dos Títulos à Secretaria de Estado de Saúde, pelo período de vigência do CONTRATO.
	3. No caso de Seguro-Garantia, deverá ser apresentado o original da apólice em favor da CONTRATANTE, fornecido pela companhia seguradora, e cuja cobertura deverá conter cláusula de “*não cancelamento*”, e ainda contemplar as hipóteses de inadimplemento das obrigações estabelecidas inclusive com destaque para as situações de multas contratuais ou atrasos no prazo de execução da obra por culpa da CONTRATADA.
	4. O montante da GARANTIA DO CONTRATO, determinado consoante os parâmetros estabelecidos pelo art. 56, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993, é devido em razão do volume de recursos financeiros envolvidos no certame, e para que também possa servir para cobrir eventuais multas contratuais, quando não subsistirem créditos a receber por parte da CONTRATADA.
	5. A validade e eficácia da GARANTIA DO CONTRATO deverá acompanhar toda a vigência do CONTRATO, inclusive devendo ser prorrogada, quando prestada na forma de seguro-garantia ou fiança bancária, quando ocorrer prorrogação do prazo do CONTRATO.
		1. A Administração poderá, a seu exclusivo critério, perpetrar a rescisão contratual ou a execução da garantia original prestada, na hipótese da GARANTIA DO CONTRATO não for prorrogada por idêntico prazo de prorrogação do CONTRATO.
	6. A GARANTIA DO CONTRATO deverá ser reforçada sempre que houver acréscimo ao preço global final pactuado, de forma que sua importância mantenha-se sempre equivalente a 5% (cinco por cento) do valor vigente contratado.
	7. A GARANTIA DO CONTRATO ou o seu respectivo saldo remanescente, se houver, será restituída ou liberada em favor da CONTRATADA, uma vez verificada a perfeita execução dos serviços, com o respectivo recebimento final da obra objeto desta licitação, na forma do § 4º do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993.
	8. Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pela CONTRATANTE.
7. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS e DA SUBCONTRATAÇÃO.
	1. **Os preços contratados, as especificações, os quantitativos, encontram-se relacionados no Anexo-A do presente contrato**;
	2. A execução de todos os serviços inerentes à reforma do Complexo Regulador de Cáceres, será de responsabilidade da Contratada, respeitando os projetos, os memoriais descritivos, cronograma, as planilhas orçamentárias e demais anexos, bem como, as exigências legais pertinentes ao objeto (Portarias/Normas Regulamentadoras-NRs).
	3. A contratada deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.
	4. Os serviços poderão ser executados em jornada dupla de trabalho, fora do horário de expediente e em finais de semana para garantir o prazo de entrega dos mesmos, sem ônus para a Contratante.
	5. A contratada deverá manter o Diário de Registro de Obra devidamente atualizado, e presente no canteiro de obras, conforme previsto no item 10.5 deste contrato.
		1. O Diário de Registro de Obra deverá ser encaminhado diariamente em via digital com fotos conforme modelo do anexo F deste contrato.
	6. A contratada deverá fornecer material, mão-de-obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita realização dos serviços de reforma do Complexo Regulador, Cáceres-MT
		1. Usar material normatizado e de boa qualidade para a realização dos serviços.
	7. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes.
	8. Os serviços não poderão prejudicar o fluxo de pedestres e veículos, exceto quando da impossibilidade de realizá-los sem tal prejuízo.
	9. Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte, material, etc.
	10. A contratada deverá realizar os controles tecnológicos e ensaios de cada serviço pertinente, como, fornecimento de concreto, de solos, das peças de estrutura metálica, teste de carga, entre outros exigidos em norma.
	11. A contratada deverá providenciar banheiro, almoxarifado, refeitório ou o que se fizer necessário para a realização dos serviços.
	12. Verificar com a Fiscalização, local para descarte do material escavado ou outro material, de grande volume, que for necessário estocar.
	13. Os locais onde serão realizados os serviços deverão ser entregues limpos, sem material excedente e bem sinalizado, pronto para o uso público.
	14. Manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI´s e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC’s em perfeito estado durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados através de:
8. Equipamentos de Proteção Individuais – EPI;
9. Uniforme e Crachás para os funcionários;
	1. Os serviços deverão obedecer na íntegra aos projetos e memoriais fornecidos.
	2. Os serviços deverão ser executados de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT.
	3. A fiscalização do contrato, nomeada por portaria de designação da SES, poderá rejeitar e solicitar a qualquer tempo a substituição dos colaboradores da contratada, equipamento ou materiais que não estiverem de acordo com as normas e/ou que não atendam as especificações.
	4. É responsabilidade da contratada o fornecimento de energia elétrica para execução da obra.
	5. Para garantir a boa execução da obra, deverão estar presentes no canteiro de obras durante todo o período de execução, **Engenheiro Civil ou Arquiteto** como responsável técnico. Deverá ser relacionado conforme Declaração de técnico responsável presente;
	6. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional **deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação**, admitindo-se a substituição nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de **experiência equivalente ou superior**, mediante aprovação prévia desta administração;
	7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
	8. **É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições**:
		1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
		2. A SUBCONTRATAÇÃO não exime nem diminui, perante a Administração, a responsabilidade direta e integral da CONTRATADA quanto à obra objeto desta licitação, principalmente quanto à qualidade e garantia dos materiais, equipamentos e serviços.
		3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
	9. A contratada poderá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 10.442, de 2016, no percentual mínimo de 5% (cinco por cento) e máximo de 30% (trinta por cento), atendidas as disposições dos subitens 6.22.1 a 6.22.3 acima, bem como as seguintes regras:
		1. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;
		2. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, deverá ser comprovada a regularidade fiscal das microempresas e das empresas de pequeno porte subcontratadas, como condição da licitante ser declarado vencedor no certame, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão, se aplicando o prazo para regularização previsto no art. 8º da Lei Complementar nº 10.442, de 2016;
		3. A contratada se comprometerá a substituir à subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
		4. Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do art. 8º desta Lei, a Administração Pública deverá transferir a parcela subcontratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.
		5. A contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.
		6. Os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração Pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
		7. Não será exigida subcontratação quando essa for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
	10. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, quando ocorridos após a data da celebração deste contrato, ficarão a cargo da Contratada, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o serviço ser entregue sem ônus adicionais, eximindo a Administração de qualquer responsabilidade.
10. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
	1. Como condição para assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá estar com a documentação obrigatória válida no SICAF ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual e, **obrigatoriamente apresentar:**
11. Certidão Negativa de Débitos e Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
12. Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
13. CNPJ;
14. Contrato Social e Alterações (autenticados);
	1. A Contratada ficará obrigada a retirar a Ordem de Serviço no prazo não superior ao preestabelecido neste contrato, conforme Cláusula Quarta deste contrato.
	2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, no Edital e seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
		1. Executar a obra, observando, de modo geral, as Especificações e Normas Técnicas vigentes na ABNT, aquelas Complementares e Particulares e outras pertinentes aos serviços contratados, constantes dos respectivos projetos, as instruções, recomendações e determinações de fiscalização e, quando houver, da Supervisão dos Órgãos Ambientais e de Controle.
		2. Assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido, sob pena de infringir nas penalidades contratuais.
		3. Comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade detectada.
		4. Acatar as determinações do fiscal do contrato, exceto as manifestamente ilegais.
		5. Se a Contratante relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da Contratada, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.
		6. Disponibilizar equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades, necessários para executar satisfatoriamente os serviços, podendo a fiscalização ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento que não atenda a exigência.
		7. Fornecer pessoal qualificado para executar adequadamente os serviços que lhes forem atribuídos, objeto deste Contrato.
		8. Indicar profissional responsável técnico, que deverá estar permanentemente na obra, admitindo-se sua substituição, mediante justificativa, por profissional de experiência equivalente ou superior, devendo esta medida ter a aprovação da CONTRATANTE através da coordenadoria competente, conforme previsto no parágrafo 10, artigo 30 da Lei 8.666/93.
		9. Fornecer e manter durante toda a execução da obra as placas de obra, no modelo a ser disponibilizado pela fiscalização da CONTRATANTE, pois as placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais.
		10. Promover a sinalização da obra durante o período de execução.
		11. Prover meios de segurança para os operários, equipe de fiscalização e visitantes credenciados pela CONTRATANTE, no ambiente onde serão realizados os serviços, de acordo com a legislação pertinente vigente, observando a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e ainda proibição do trabalho do menor de dezoito anos nas atividades descritas na Lista TIP, conforme Decreto Presidencial nº 6.481, de 12/06/2008.
		12. Responsabilizar-se pelos danos causados às propriedades públicas e privadas, linhas de transmissão de energia elétrica, telefônica e/ou outros serviços públicos, ao longo e nas adjacências do objeto contratado, devendo tais serviços ser executados, sem ônus para a CONTRATANTE. Na ocorrência de interferências com os serviços públicos, cabe à CONTRATADA a comunicação do fato aos órgãos competentes e à fiscalização da CONTRATANTE.
		13. Manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços ou obra e durante o prazo de vigência do Contrato.
		14. Responsabilizar-se pela reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às suas expensas, no todo ou em parte, do objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais empregados.
		15. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos fiscais, trabalhistas, securitários, previdenciários e eventuais despesas de alimentação e transporte de seus profissionais encarregados da execução dos serviços objeto do presente contrato, bem como com quaisquer questões relacionadas com exigências municipais, estaduais ou federais, em cada unidade de execução dos serviços, e tudo mais que se fizer necessário à execução da obra.
		16. Arcar com todos os impostos, taxas e emolumentos que incidam ou venham a incidir para a execução do contrato.
		17. A contratada deverá cumprir as Normas Regulamentadoras (NRs), relativas à segurança e medicina do trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial:
* NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
* NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (\* Se houver acima de 20 funcionário trabalhando);
* NR 6 – Equipamento de Proteção Individual;
* NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
* NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
* NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
* NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
* NR 15 – Atividades e Operações Insalubres (com ênfase na implementação do Programa de Conservação Auditiva – PCA e Programa de Proteção Respiratória – PPR);
* NR 17 – Ergonomia;
* NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (com ênfase aos riscos de acidentes em trabalhos em altura - plataformas de trabalho aéreo; escadas, rampas e passarelas);
* NR 23 – Proteção Contra Incêndios; e,
* NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
	+ 1. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu empregado acidentado ou com mal súbito.
		2. Fica estabelecido que é de responsabilidade da CONTRATADA:
1. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;
2. Dar ciência aos empregados, por meio de ordens de serviço, das normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho.
	* 1. Os Serviços deverão ser executados de forma a atender perfeitamente todas as normas e legislações federais, estaduais e municipais de segurança, higiene e medicina do trabalho e acessibilidade.
		2. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes do não cumprimento do constante item anterior, ou da própria execução dos serviços contratados.
		3. Os serviços ou obra serão considerados concluídos depois de cumpridas todas as exigências do projeto, bem como efetuada a limpeza geral e os reparos que a fiscalização julgar necessários.
		4. Nenhum pagamento adicional será efetuado em razão de remuneração aos serviços descritos no item acima.
		5. Fica a CONTRATADA obrigada a disponibilizar à CONTRATANTE, quando solicitado, as Notas Fiscais de entrada de mercadorias destinadas à execução da obra, para fins de aferição das isenções do ICMS, bem como da compatibilidade das quantidades dos materiais adquiridos ao previsto para a obra, sem prejuízo de outras análises.
		6. Recolher taxas referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (CREA/MT).
		7. Será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do Contrato.
		8. Responsabilizar-se por todas as despesas com pessoal, equipamentos, impostos, alimentação, transporte, material, etc.
		9. Ser responsável pelas providências administrativas relativas ao deslocamento de seus prepostos, terceirizados e outros encargos.
		10. Atender a prestação dos serviços com pessoal devidamente qualificado e devidamente identificado com uniformes e crachás, bem como, observar rigorosamente o cronograma físico financeiro de execução ou outras condições estabelecidas entre as partes.
		11. Executar os serviços, objeto deste Contrato conforme edital e seus anexos e toda documentação constante no Processo que lhe deu origem.
		12. Aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido em lei.
		13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo a fiscalização ou acompanhamento pela Contratante.
		14. Comunicar ao fiscal da obra e do contrato, o término de cada etapa para recebimento dos serviços contratados, observando os prazos estabelecidos no respectivo cronograma.
		15. Deverá comunicar a conclusão dos serviços ao Fiscal de obra e do Contrato, para o recebimento provisório dos serviços contratados, ficando posterior o recebimento definitivo a cargo da Comissão de Engenheiros designados pela Contratante.
		16. O recebimento definitivo ocorrerá após o saneamento das eventuais pendências relacionadas no recebimento provisório. Caberá a empresa o comissionamento (testes necessários para comprovação do atendimento às especificações e normas técnicas vigentes) dos sistemas e equipamentos.
		17. A Contratada deverá manter estrutura administrativa mínima fixa no local da obra;
		18. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no termo de Recebimento Provisório
	1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto correrão por conta exclusivos da Contratada.
	2. A CONTRATADA deverá absorver em sua mão de obra, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas, conforme percentuais estabelecidos na Lei Estadual nº 9.879 de 07 de janeiro de 2013, os quais poderão ser recrutados por intermédio da Fundação Nova Chance – FUNAC, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.609 de 07 de fevereiro de 2013.
3. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
	1. ACONTRATANTE obriga-se, nos termos previstos neste contrato a:
		1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, desde que atendidas às condições estabelecidas às condições previstas em cláusula contratual, no prazo estabelecido no Cronograma de Execução, salvo a ocorrência de fatos não previstos neste Contrato.
		2. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à perfeita execução do objeto contratual.
		3. Promover através do seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.
		4. Promover através do seu representante na fiscalização do respectivo contrato, no que couber as orientações contidas na Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, expedida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DOU 23/05/2008), que dispõe sobre regras e diretrizes para contratação de serviços, realizando-se em qualquer caso a fiscalização a respeito da higidez do meio ambiente de trabalho, em especial quanto à verificação do fornecimento e do uso de equipamentos de proteção individual.
		5. Solicitar a mudança dos Responsáveis Técnicos da Obra em decorrência de real necessidade levantada pela fiscalização, mediante justificativa fundamentada.
		6. Expedir formalmente, por escrito, as advertências, penalidades e multas dirigidas à CONTRATADA, observado o contraditório e ampla defesa.
		7. Realizar a Fiscalização dos serviços por meio da equipe técnica de engenheiros, indicados pela Contratante.
		8. Indicar e garantir a participação de representantes da Contratante nas reuniões com o Contratado.
		9. Comunicar por escrito e tempestivamente a Contratada qualquer alteração ou irregularidade na execução do objeto.
		10. Comunicar a Contratada a necessidade de substituição de qualquer profissional indesejado.
		11. Designar por portaria, o(s) fiscal(is) da obra e do contrato, para a realização do seu acompanhamento e fiscalização.
			1. O(s) fiscal(is) designado(s), na realização do acompanhamento e fiscalização da obra deverão aferir os resultados da contratação observando:
4. Execução dos serviços em conformidade com as exigências deste Projeto Básico/Executivo, Proposta de Preços da empresa vencedora e demais anexos e informações do processo que lhe deu origem;
5. Avaliação do material utilizado na execução dos serviços e sua conformidade com as especificações da Planilha Orçamentária e Proposta Comercial;
6. Medição “in loco” dos serviços finalizados e entregues;
	1. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7. CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO
	1. Quando a obra e os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada comunicar, por escrito e mediante protocolo, tal fato à Contratante, à qual competirá:
		1. Realizar o RECEBIMENTO PROVISÓRIO, por intermédio da equipe de fiscalização responsável pelo acompanhamento do objeto deste contrato, emitindo “Termo de Recebimento Provisório”, no prazo de até 30 (trinta) dias corrido, contados a partir do comunicado da Contratada.
		2. Realizar o RECEBIMENTO DEFINITIVO, por intermédio de comissão técnica designada pela Contratante, ou por quem por ele delegado, emitindo “Termo de Recebimento Definitivo”, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do Recebimento Provisório.
	2. Tanto o RECEBIMENTO PROVISÓRIO quanto o RECEBIMENTO DEFINITIVO serão lavrados em quatro vias, de igual teor e forma, as quais deverão estar assinadas pela fiscalização e pela Contratada; sendo uma via destinada à Contratada, uma via à Contratante, e uma via para o respectivo processo que deu origem ao Contrato Administrativo.
	3. Para fins do RECEBIMENTO PROVISÓRIO, o fiscal de obras da Secretaria de Estado de Saúde designado através de portaria realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, podendo ser acompanhada por profissionais da Contratada responsáveis pela obra, buscando aferir a adequação dos serviços com os parâmetros contratados, e, caso existam inconformidades, relacionar os arremates, retoques, e revisões finais que se fizerem necessários, consignando-os em relatório técnico de vistoria, que constituirá objeto de Notificação Extrajudicial à Contratada, definindo prazo para sanar e/ou justificar as inconformidades.
	4. O RECEBIMENTO DEFINITIVO será lavrado após os serviços terem sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, e desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às eventuais pendências observadas na obra/serviços.
	5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.
	6. O RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor, podendo ocorrer requerimentos para a execução de eventuais correções de defeitos, independentemente da vigência do Contrato.
8. CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
	1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, serão designados por meio de Portaria os representantes abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados:

|  |  |
| --- | --- |
| **Fiscal do Contrato** | Sr: Danglanes Rick Alferio PolletoCPF: Matrícula: 280095Cargo: Engenheiro EletricistaTelefone:  |
| **Suplente do Fiscal** | Sr: Emilly Borges ConceiçãoCPF: Matrícula: 263645Cargo: ENGENHEIRA CIVILTelefone:  |
| **Suplente do Fiscal** | Sr: Ivanilda Batista Dos SantosCPF: Matrícula: 263327Cargo: Assessoria Técnica ITelefone: |

* 1. À FISCALIZAÇÃO, designada pela CONTRATANTE antes do início do serviço, competirá o controle e fiscalização da execução da obra em suas diversas fases, decidir sobre dúvidas surgidas no decorrer da construção, efetuar anotações diárias em livro apropriado, proceder às medições dos serviços e manter o CONTRATANTE informado quanto ao andamento das obras e das ocorrências que devam ser objeto de apreciação superior.
1. As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão nas especificações e nas Normas vigentes.
2. A fiscalização será realizada conforme portaria, onde dispõe sobre o Fiscal de Contrato e o Gestor de Contrato no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.
3. A presença da FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE na obra não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução dos trabalhos.
4. A qualidade dos serviços e materiais aplicados será realizado por FISCALIZAÇÃO especifica da Superintendência de Obras da Secretaria de Estado de Saúde que também será responsável pela emissão do TRD – Termo de Recebimento Definitivo da Obra.
	1. A fiscalização de que trata os itens acima não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
	2. O representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
	3. Diário de Obras:
		1. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de "Diário de Obras", devidamente numerado e rubricado pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA **diariamente**, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra e terá as seguintes características:
5. Será único, com páginas numeradas tipograficamente, em 03 vias, sendo a primeira da CONTRATANTE e a segunda da CONTRATADA.
6. Todas as folhas do Diário de Obras deverão ser assinadas pelo RESPONSÁVEL TÉCNICO da CONTRATADA, no máximo, um dia após a referida data de entrada de dados.
7. As folhas do Diário de Obras deverão obrigatoriamente ser assinadas pela FISCALIZAÇÃO nos dias de vistoria.
8. Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da contratada, nome do contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas do CONTRATADO e do CONTRATANTE.
	* 1. Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras", pela CONTRATADA:
9. Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;
10. Consultas à FISCALIZAÇÃO;
11. Datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
12. Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
13. Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;
14. Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço;
15. Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro;
16. Será objeto de registro no "Diário de Obras" pela FISCALIZAÇÃO:
* Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no "Diário de Obras";
* Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;
* Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;
* Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
* Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações;
* Outros fatos que, a juízo da FISCALIZAÇÃO, devem ser objeto de registro.
	+ 1. O Diário de Registro de Obra deverá ser encaminhado diariamente em via digital com fotos conforme anexo - F sugerido.
	1. Caberá ao Fiscal, além das que perfazem na legislação vigente, Lei nº 8.666/93 e a portaria nº 68/2016/GBSES, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela Contratada.
1. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIÇÕES
	1. As medições dos serviços executados serão efetivadas mensalmente conforme estabelecido em cronograma físico financeiro. Todavia a primeira medição só poderá ser realizada após 30 dias da expedição da Ordem de Serviço, e a última medição, após a conclusão da obra, independente da periodicidade mensal. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.
	2. Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto quando se tratar da primeira e da última medição (Medição Final).
	3. As medições mensais dos serviços executados serão validadas por uma equipe técnica de Fiscalização, designada para o acompanhamento da obra, através de Portaria publicada no Diário Oficial, sendo que a 1ª medição somente será liberada se a placa da obra e as ligações provisórias de energia e água estiverem instaladas.
	4. A medição final SOMENTE ocorrerá após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra, e após o fornecimento da Planilha AS BUILT pela contratada, que será devidamente analisada e aprovada pela equipe de Fiscalização da Obra.
	5. A Contratada deverá fornecer para a equipe de Fiscalização do Contrato, antecipadamente ou na ocasião da vistoria técnica, planilha de medição “prévia” com memória de cálculo para análise e conferência dos serviços realizados “in loco”;
	6. Caberá à equipe de Fiscalização do contrato averiguar e atestar a realização dos serviços, e caso as planilhas apresentem incorreções e incongruências, serão devolvidas à Contratada para as devidas correções.
	7. Após a aprovação “inloco” dos serviços realizados, a Contratada deverá protocolizar a planilha de medição aprovada pela Fiscalização nos moldes do padrão **SES**, que será fornecida a contratada. A medição deverá estar acompanhadados seguintes documentos:
2. Memória de cálculo;
3. Folha de medição;
4. Relatório fotográfico dos serviços executados;
5. Diários de obras correspondentes ao período da medição;
6. Cronograma Físico-financeiro da Obra devidamente atualizado;
7. Resultados dos ensaios de controle tecnológico, devidamente assinados e registrados no CREA/MT, acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
	1. Caberá à Equipe de Fiscalização encaminhar a Planilha de Medição aprovada para análise e aprovação de pagamento por parte da Secretaria de Fazenda de Mato Grosso – SEFAZ/MT. E somente após o parecer da SEFAZ, a equipe de Fiscalização autorizará a emissão da respectiva Nota Fiscal/Fatura para pagamento.
	2. O item administração, deverá ser medido e pago conforme orientação prescrita no acórdão do TCU 2622/2013, proporcionais à execução financeira da obra, não sendo permitido desembolsos mensais fixos, evitando-se remunerações indevidas de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993.
8. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, neste exercício financeiro correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
* Unidade Orçamentária: 21601
* Projeto Atividade: 2545
* Fonte: 192
* Fonte: 195/395
* Natureza de Despesa: 3.3.90.39.043
* Subação: 11
* Programa: 076
* Tarefa: 03
1. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
	1. Dá-se a este contrato o valor total de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).
	2. O pagamento dos valores pactuados no contrato decorrente desta licitação será realizado pela CONTRATANTE, a partir da apuração de medições das etapas previstas no cronograma físico-financeiro apresentado pela Contratada, mediante crédito em conta corrente da Contratada, por nota de ordem bancária (NOB), **em até 30 (trinta) dias, a contar do** **recebimento de nota fiscal referente à medição realizada**, e quando **mantidas as** **mesmas condições iniciais de habilitação no certame**, e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada;
	3. As Notas Fiscais devem ser emitidas em nome do **Fundo Estadual** **de Saúde** e deverão ser entregues no local indicado pela CONTRATANTE, a fim de serem atestadas e deverá conter as seguintes descriminações:
2. Razão Social e CNPJ;
3. Número da Nota Fiscal/Fatura;
4. Data de emissão;
5. Nome da Secretaria/Unidade Solicitante;
6. Descrição do Serviço/materiais;
7. Medições, quantidade, preço unitário, preço total;
8. Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente, junto ao Banco do Brasil S.A );
9. Número do Contrato;
10. Número da Nota de Empenho/Ordem de Serviço;
11. Não deverá possuir rasuras.
	1. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter atestados firmados pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando a entrega do serviço contratado;
		1. Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções, sendo informado o motivo que motivaram a sua rejeição.
		2. Somente após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.
	2. O pagamento será feito em prazo não superior a **30 (trinta) dias, a contar do recebimento do bem (atesto na nota fiscal)**, através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela Contratada indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5° da Lei n° 8666/93.
	3. Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, todas as certidões de regularidade fiscal, devidamente válidas:
12. Prova de regularidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;
13. Prova de regularidade da Fazenda Estadual (expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor);
14. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
15. Prova de regularidade da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
	1. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.
	2. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
	3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.
	4. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.
16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO E DO REAJUSTE
	1. O contrato poderá ser alterado somente em um dos casos previstos no art. **65 da Lei 8.666/93** e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da **Contratante.**
	2. O valor do contrato poderá ser **reajustado** anualmente, mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice ***(Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M ou Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI)***, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela ***Fundação Getúlio Vargas – FGV***, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento pendentes de execução e cujo eventual atraso não decorra de culpa da contratada.
	3. Será admitido o **reequilíbrio econômico-financeiro** do contrato para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. Devendo ser requerido e comprovado pela CONTRATADA.
	4. A CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos e supressões** que se fizerem necessários nas obras ou serviços até 25% do valor inicial do contrato, o que ocorrerá mediante aditivo contratual.
17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
	1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e Decreto Estadual 840 de 2017, se a Contratada:
18. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
19. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
20. Fraudar na execução do contrato;
21. Comportar-se de modo inidôneo;
22. Cometer fraude fiscal;
23. Não mantiver a proposta.
	1. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
		1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
		2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
		3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
		4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
		5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de **até dois anos**;
		6. Todas as sanções aplicadas devem ser comunicadas ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso para registro no cadastro da respectiva sancionada e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS/MT;
		7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
	2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
24. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
25. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
26. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
	1. Se a Contratadanão proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte da Secretaria de Estado de Saúde, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Estado, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela **Procuradoria Geral do Estado**.
	2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e Decreto Estadual 840 de 2017.
	3. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
	4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
	5. A Contratadapoderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade/quantidades dos bens e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.
27. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO
	1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.
28. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO
	1. A inexecução total ou parcial do contratoenseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos **77 a 80** da **Lei nº 8.666/93**;
		1. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
	2. A rescisão do contrato poderá ser:
		1. Determinada por ato unilateral e escrito pela CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, assegurando o contraditório e a ampla defesa;
		2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratante;
		3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
	3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
29. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO
	1. A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei n.º 8.666/1993, Leis Complementares: n° 123/2006 e nº 10.442/2016, Decretos Estaduais: n° 840/2017, n° 7.218/2006 e nº 8.199/2006 e demais normas Federais, Estaduais pertinentes ao caso.
30. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE
	1. A **Contratante** providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico <https://www.iomat.mt.gov.br/>, em até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.
31. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
	1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **03 (três) vias de igual teor e forma** que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cuiabá - MT, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Gilberto Gomes de Figueiredo**

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE

ANEXO-A – PROPOSTA VENCEDORA

**1.1** Os preços contratados, as especificações, os quantitativos, encontram-se a baixo relacionados:

|  |  |
| --- | --- |
| **OBRA** | XXXXXXXXXXX |
| **Município** | xxxxxx -xx |  | **BDI:** | xx,xx% |  |  | **Referência/ Fonte** |
| **Endereço** | xxxxxxxxxxxxxx, xx, xxxxx |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** |
| **ITEM** | **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **UND** | **QNT** | **P. BASE** | **P. UNT** | **P. TOTAL** |
| **XXXXXXXXXXXXX** |
| **1.0** |  | **XXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  |  |
| 1.1 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx |  xx.xxx,xx  | xx.xxx,xx  |  xxx.xxx,xx |
|  |  | **TOTAL DO ITEM** |  |  |  |  |  xxx.xxx,xx |
| **2.0** |  | **XXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  |  |
| 2.1 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx |  xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
| 2.2 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
| 2.3 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
| 2.4 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
|  |  |  |  |  |
|  |  | **TOTAL DO ITEM** |  |  |  |  | xx.xxx,xx |
|  |  |  **XXXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  | xxx.xxx,xx |
| **XXXXXXXXXXXXX** |
| **3.0** |  | **XXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  |  |
| 3.1 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx |  xx.xxx,xx  | xx.xxx,xx  |  xxx.xxx,xx |
| 3.2 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx |  xx.xxx,xx  | xx.xxx,xx  |  xxx.xxx,xx |
|  |  | **TOTAL DO ITEM** |  |  |  |  |  xxx.xxx,xx |
| **4.0** |  | **XXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  |  |
| 4.1 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx |  xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
| 4.2 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
| 4.3 | xxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxx | xx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx | xx.xxx,xx |
|  |  | **TOTAL DO ITEM** |  |  |  |  | xx.xxx,xx |
|  |  |  **XXXXXXXXXXXXX** |  |  |  |  | xxx.xxx,xx |
|  |  |  **PREÇO GLOBAL** |  |  |  |  | **x.xxx.xxx,xx** |
|  |  |  *Preço Global por extenso.* |  |  |  |  |  |

(LOCAL E DATA).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)**

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**

ANEXO-B – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **OBRA** | XXXXXXXXXXXXXXXX |  | **BDI:** | XX,XX% |  | **REFERÊNCIA/FONTE:** |  |  |
| **MUNICÍPIO** | XXXXXX - XX |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **ENDEREÇO** | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX |  |  | **PERÍODO:** | XXX DIAS |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO** |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **VALOR** | **%** | **MÊS 01** | **MÊS 02** | **MÊS 03** | **MÊS 04** | **MÊS 05** | **MÊS ...** |
| **VALOR (R$)** | **%** | **VALOR (R$)** | **%** | **VALOR (R$)** | **%** | **VALOR (R$)** | **%** | **VALOR (R$)** | **%** | **...** | **...** |
| 1.0 | xxxxxxxxxx | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% |
| 2.0 | xxxxxxxxxx | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3.0 | xxxxxxxxxx | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4.0 | xxxxxxxxxx | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 5.0 | xxxxxxxxxx | xxxx,xx | x,xx% |  |  | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% |
| 6.0 | xxxxxxxxxx | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% | xxxx,xx | x,xx% |  |  |  |  |  |  |
| 7.0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 8.0 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| ... |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |



(LOCAL E DATA).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**LICITANTE/CNPJ (MF)**

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou consórcio)

ANEXO-C – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Referência xxxx |
|  |  |  |
| **Itens relativos à Administração da Obra** | **% sobre PV** |
| AC - Administração Central | x,xx% de PV | XX% |
| DF - Custos Financeiros | CF do (PV-Lucro Operacional) | XX% |
| C - Riscos | x,xx % de PV | XX% |
| S - Seguros e Garantias Contratuais | x,xx % a.a. sobre xx,x % do PV | XX% |
| G - Garantias  | XX% |
|  | **Sub-total** | **XX%** |
|  |  |  |
| **Lucro** | **% sobre PV** |
| E - Lucro Operacional | x,xx % de PV | XX% |
|  | **Sub-total** | **XX%** |
|  |  |  |
| **BDI sem impostos** |   |
| **Taxas e Impostos** | **% sobre PV** |
| F - PIS | x,xx % de PV | XX% |
| G - COFINS | x,xx % de PV | XX% |
| H - ISSQN | x,xx % de PV | XX% |
| Contribuição Previdenciária - Lei N° 13.161/15 |  | XX% |
|  | **Sub-total** | **XX%** |
|  |  |  |
| BDI com impostos |  | **XX%** |
| Custo Direto - CD |  | XX% |
| BDI Final com impostos |  | XX% |
| Preço de Venda - PV |  | XX% |
|  |  |  |
|  |  |  |
| *Legenda:* |  |  |
| *PV = Preço de Venda* |  |  |
| *CD = Custo Direto* |  |  |
| *Selic Fev/2014 =* xx,xx *%* |  |  |
| *IA = Inflação Acumulada (período de 12 meses - IPCA) =* x,xx *%* |  |  |
| *CF = ((1 + Selic)¹/¹² x ((1+IA)¹/¹² -1)* |  |  |
| *Seguros e Garantias (* x,xx *% a.a. sobre* x,xx *% do PV) - Prazo médio de 1 ano* |  |
| *Lucro Operacional conforme Portaria SINFRA n°. 343/05 de 07 de junho de 2005.* |  |
|  |  |  |
| ***Localidade / alíquota ISSQN*** | ***Para Mão de Obra*** |  |
| *Alíquota de* ***Nome da Cidade*** *=X%* | xx,xx % sobre alíquota |  |

Local e Data,

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**LICITANTE/CNPJ (MF)**

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**

ANEXO-D – ENCARGOS SOCIAIS

|  |
| --- |
| **ENCARGOS SOCIAIS** |
| **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **COM DESONERAÇÃO** |
| **HORISTA (%)** | **MENSALISTA (%)** |
| **GRUPO A** |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| **A** | **Total** | **XX** | **XX** |
| **GRUPO B** |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| **B** | **Total** | **XX** | **XX** |
| **GRUPO C** |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| **C** | **Total** | **XX** | **XX** |
| **GRUPO D** |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XX | XX |
| **D** | **Total** | **XX** | **XX** |
| **TOTAL (A+B+C+D)** | **XX** | **XX** |

ANEXO-E – COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇOS

|  |
| --- |
| **CADERNO DE COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Referência: | XXXXXXXXXXXX |  |  |  |  |
| Abrangência: | Mato Grosso |  |  | Localidade: | Cuiabá |  |
|   |   |   |   |   |   |   |   |
| **CÓDIGO DA COMPOSIÇÃO** | **DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO** | **UND** |
| XXX00000 | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | Xxx |
| Criada em: XX/20XX | Última revisão: | XX/XX/20XX | Revisador por: Eng XXXXXXXX |
| **TIPO DO ÍTEM** | **TABELA** | **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **UND** | **COEFICIENTE** | **CUSTO UNT.** | **CUSTO TOTAL** |
| XXXXXX | XXXX | XXXXX | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | X | X,XX | XX,XX | XXXXX |
| XXXXXX | XXXX | XXXXX | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | X | X,XX | XX,XX | XXXXX |
| XXXXXX | XXXX | XXXXX | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | X | X,XX | XX,XX | XXXXX |
| XXXXXX | XXXX | XXXXX | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | X | X,XX | XX,XX | XXXXX |
| XXXXXX | XXXX | XXXXX | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | X | X,XX | XX,XX | XXXXX |
| **TOTAL DO ÍTEM** |  **XXX**  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CÓDIGO DA COMPOSIÇÃO** | **RESUMO DE COTAÇÃO** | **UND** |
| XXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX |
|   |   |  |  |   |
| **MÊS DA COTAÇÃO** | **ITEM** | **EMPRESA** | **UND** | **PREÇO** |
| XX/XXXX | 01 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX |  XX,XX  |
| XX/XXXX | 02 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX |  XX,XX  |
| XX/XXXX | 03 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX |  XX,XX  |
| **MÉDIA** |  **XXXXXX**  |
| **PREÇO UNITÁRIO**  |  **XXXXXX**  |

ANEXO-F – MODELO DIÁRIO DE REGISTRO



ANEXO-G – TERMO DE GARANTIA

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, com sede no Centro Político Administrativo, bloco 05, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ sob n. 04.441.389/0001-61, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Saúde Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Ltda, com sede a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_, complemento \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_, Cep. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_, garante neste Termo o cumprimento do contrato nº \_\_\_\_\_\_, oriunda da TOMADA DE PREÇOS nº \_\_\_/2018, referente a ***contratação de empresa especializada em serviço de obra de engenharia para execução de reforma, com fornecimento de material, mão-de-obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita realização dos serviços no Complexo Regulador de Cáceres-MT,*** conforme especificações descritas no Contrato, no Edital e seus anexos, acordam celebrar o seguinte termo de garantia:

**1.** A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, garante estar executando corretamente, de acordo com as boas regras de arte e Engenharia, os trabalhos na obra mencionada, bem como garante a qualidade dos materiais aplicados;

**2.** A garantia prestada implica a reparação de todos os defeitos que surjam nos trabalhos executados, desde que esses defeitos resultem de deficiências dos materiais aplicados ou da técnica de aplicação empregue;

**3.** A garantia é válida pelo período máximo e improrrogável de **05 (cinco) anos** contados a partir do Recebimento Definitivo da obra;

**4.** A garantia não abrange as situações em que ocorram algumas das seguintes circunstâncias:

1. Os defeitos resultem de fatores ou circunstâncias não imputáveis à Contratada;
2. Os defeitos não sejam comunicados à Contratada no prazo de 30 dias, por escrito, após o seu descobrimento;
3. O objeto de execução dos trabalhos for utilizado para fins diferentes dos normais;
4. Sobre a área de execução dos trabalhos de impermeabilização, tenham ocorrido intervenções, de qualquer tipo, de outras entidades;
5. Em caso de força maior.

**5.** A presente garantia não compreende os trabalhos auxiliares ou quaisquer outros necessários à boa execução dos trabalhos de reparação;

**6.** Não serão iniciados quaisquer trabalhos de reparação no âmbito da garantia prestada caso o preço dos trabalhos já executados não se encontrem integralmente liquidados;

**7.** Caso a Contratada proceda a qualquer reparação no âmbito da garantia prestada, a mesma não dará origem à contagem de novo prazo de garantia;

**8.** A presente garantia compreende unicamente o compromisso de reparar, sem qualquer outro encargo, o local onde se verifique a não adoção de técnicas e materiais qualificados para os serviços;

**9.** Pelo presente, a Contrata garante que os serviços executados sempre serão segundo as boas regras de arte e engenharia;

**10.** Temos ciência das normas legais estabelecidas nas Leis de Licitações, nº 8.666/1993 e alterações, e no Código Civil Brasileiro, em seu Art. 618 “períodos de garantia de 5 (cinco) anos”.

**11.** Em caso de divergência sobre os motivos que originem os problemas de não atendimento aos conceitos de engenharia e materiais de baixa qualidade, detectados posteriormente a conclusão e entrega dos serviços, e em consequência, no que se refere à forma de proceder à respectiva reparação, as partes aceitam, pelo presente, submeter à resolução do litígio a Comarca de Cuiabá/MT.

Cuiabá/MT, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

GILBERTO GOMES DE FIGUEIREDO

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

***NOME DA LICITANTE***

CNPJ (MF) Nº.